

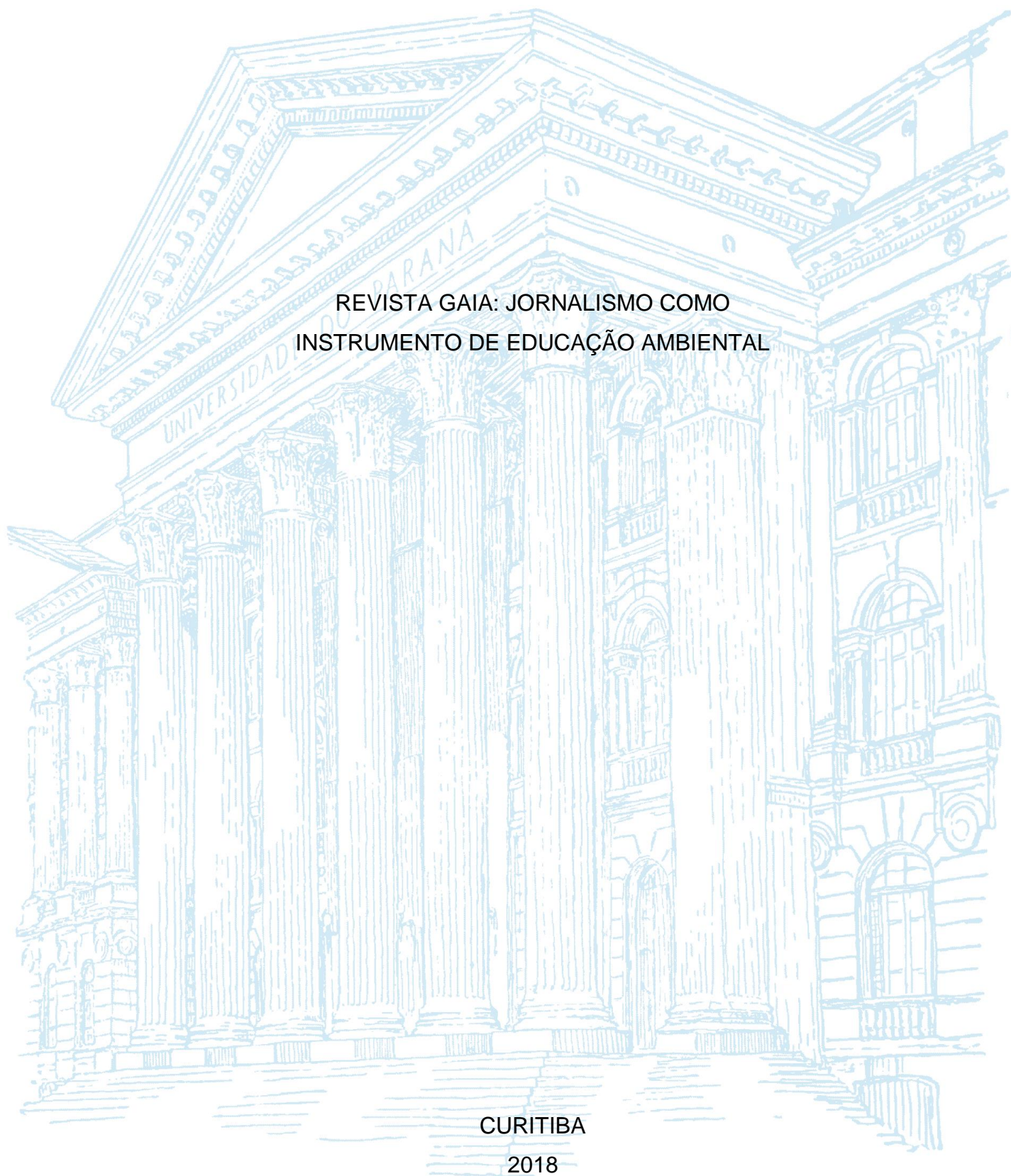
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GIOVANA MARIA MELLO MONARIS

REVISTA GAIA: JORNALISMO COMO  
INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CURITIBA

2018



GIOVANA MARIA MELLO MONARIS

REVISTA GAIA: JORNALISMO COMO  
INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Comunicação Social com Habilitação em  
Jornalismo na Universidade Federal do Paraná,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Toni André Scharlau Vieira

CURITIBA

2018

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

GIOVANA MARIA MELLO MONARIS

### **REVISTA GAIA: JORNALISMO COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC II do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo na Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Toni André Scharlau Vieira  
Orientador – Departamento de Comunicação Social, UFPR

---

Prof. Dr. Carlos Rocha  
Departamento de Departamento de Comunicação Social, UFPR

---

Prof. Me. Carlos Debiasi  
Escola de Comunicação e Artes, PUCPR

Curitiba, 07 de dezembro de 2018.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Toni André Scharlau Viera, agradeço pela orientação, paciência e otimismo, e especialmente pelo apoio prestado na fase de conclusão deste trabalho. Agradeço também a Professora Eloisa Beling Loose, pelos apontamentos e sugestões essenciais ao projeto.

Aos meus pais, agradeço por todo o esforço que fizeram para que eu ingressasse e permanecesse na universidade. Nem toda a minha gratidão seria suficiente para honrar o que fizeram e fazem por mim.

Um agradecimento especial à minha irmã, Graça, que me ajudou durante toda a execução deste TCC, e por acreditar mais em mim do que eu mesma.

Agradeço meu namorado, José Henrique, pela companhia sempre tranquilizante e pela ajuda na reta final deste projeto.

Agradeço, por fim, a todos que participaram da execução deste projeto e de minha trajetória acadêmica: docentes e funcionários da UFPR, amigos, familiares, entrevistados... a tantos, meus mais sinceros agradecimentos.

## **RESUMO**

A deterioração ambiental percebida pelo planeta desde os anos 1960, quando se iniciou uma mudança do paradigma antropocêntrico para a busca por uma sociedade mais sustentável, encontrou como forma de enfrentamento a educação e a comunicação ambiental. Uma das formas de contribuir com a visibilidade da causa ambiental e a conscientização da sociedade é através do jornalismo. Neste contexto, este trabalho de conclusão de curso propõe a criação de uma revista digital sobre meio ambiente para adolescentes, buscando conectar essa faixa etária com as questões ambientais através de reportagens atrativas e pertinentes que contemplem as especificidades do público-alvo. A plataforma digital é democrática, pois pode ser acessada em escolas e em qualquer outro lugar com acesso à internet, tendo o benefício da interatividade e facilidade de compartilhamento. Através da leitura de autores que versam sobre jornalismo ambiental, de pesquisa com o público-alvo e de um planejamento gráfico em consonância com os objetivos do produto, foi criado um projeto piloto da Revista Gaia.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental; revista digital; meio ambiente; Educação Ambiental.

## **ABSTRACT**

The environmental degradation detected throughout the planet since the 1960s, when a change from the anthropocentric paradigm to the search for a more sustainable society began, found a way of coping with environmental education and communication. One of the ways to contribute to the visibility of the environmental cause and the awareness of society is through journalism. In this context, this term paper proposes the creation of a digital magazine about environment for teenagers, seeking to connect this age group with environmental issues through attractive and pertinent reports that contemplate the specificities of the target audience. The digital platform is democratic because it can be accessed at schools and in any other place with internet access, having the benefit of interactivity and ease of sharing. Through the reading of authors that write about environmental journalism, research with the target audience and a graphic planning aligned with the aims of the product, a pilot project of Gaia Magazine will be created.

**Keywords:** Environmental Journalism; digital magazine; environment; Environmental education.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: REVISTA JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE – 1ª EDIÇÃO. ....	40
FIGURA 2: REVISTA JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE – 2ª EDIÇÃO. ....	41
FIGURA 4: REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS – EDIÇÃO 284 .....	42
FIGURA 5: CAPTURA DE TELA DA HOMEPAGE DA REVISTA GAIA .....	55
FIGURA 6: CAPTURA DE TELA DA ABA “REPORTAGENS” .....	56

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – IDADE DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS .....	45
GRÁFICO 2– SÉRIE ESCOLAR DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS .....	45
GRÁFICO 3 – TIPO DE ESCOLA DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS .....	46
GRÁFICO 4 – INTERESSE AMBIENTAL DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS.	46
GRÁFICO 5 – COMO SE INFORMAM OS ESTUDANTES ENTREVISTADOS .....	47
GRÁFICO 6 – FREQUÊNCIA DO TEMA AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO ESTUDANTES ENTREVISTADOS.....	48
GRÁFICO 7 – DISCIPLINAS QUE ABORDAM O TEMA AMBIENTAL NAS ESCOLAS DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS. ....	48
GRÁFICO 8 – FREQUÊNCIA DA APLICABILIDADE DE TEMAS AMBIENTAIS DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS.....	49
GRÁFICO 9 – FREQUÊNCIA DE ASSUNTOS AMBIENTAIS DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS COM SUAS FAMÍLIAS.....	49
GRÁFICO 10 – FREQUÊNCIA DE ASSUNTOS AMBIENTAIS DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS COM SEUS AMIGOS.....	50
GRÁFICO 11 – PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS EM PROJETOS AMBIENTAIS .....	51
GRÁFICO 12 – PROMOÇÃO DE AÇÕES AMBIENTAIS EFETIVAS NAS ESCOLAS DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS .....	51
GRÁFICO 13 –AÇÕES AMBIENTAIS NAS ESCOLAS DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS.....	52



## LISTA DE SIGLAS

CNUMAD	- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EA	- Educação Ambiental
IBAMA	- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
MEC	- Ministério da Educação
ONU	- Organização das Nações Unidas
PIEA	- Programa Internacional de Educação Ambiental
PNMA	- Política Nacional de Meio Ambiente
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPP	- Projeto Político Pedagógico
ProNEA	- Programa Nacional de Educação Ambiental
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UICN	- União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 HISTÓRICO E CONCEITO DE MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>14</b>
2.1 HIPÓTESE DE GAIA: A TEORIA DA MÃE-TERRA .....	18
<b>3 JORNALISMO AMBIENTAL .....</b>	<b>21</b>
<b>4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>28</b>
4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	28
4.2 DIÁLOGOS ENTRE JORNALISMO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO .....	33
<b>5 JORNALISMO PARA INTERNET .....</b>	<b>35</b>
5.1 REVISTAS DIGITAIS .....	38
<b>6 PROPOSTA DE PRODUTO .....</b>	<b>40</b>
6.1 DIAGNÓSTICO .....	40
6.2 PÚBLICO-ALVO.....	43
6.3 PLANEJAMENTO .....	43
6.3.1 Editorias e Pautas .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da importância do jornalismo com foco nas questões ambientais, especialmente para adolescentes na faixa etária de 13 a 18 anos e professores que trabalhem com alunos dessa faixa etária. Ele envolve uma pesquisa teórica, basicamente bibliográfica, que orienta a produção da pesquisa de campo entre os adolescentes e a proposta de um novo veículo de comunicação (revista digital) dirigido para esse público. Com existência somente na web, o informativo foi pensado com o propósito de ampliar a divulgação científica e despertar o interesse de jovens estudantes pela temática socioambiental através do acesso as informações.

A pesquisa não se preocupa em oferecer-se como um desbravador de um novo campo de oportunidades, não se trata de um plano de negócio mas de um olhar para um segmento social que pouco é abordado, especialmente em termos de oferta de informação sobre o meio ambiente. O levantamento quantitativo nos deu e nos dá condições de avaliar a oportunidade e a necessidade de oferta de um veículo de comunicação dirigido ao público especificado. Portanto, sua existência comercial não será mencionada ou avaliada, apenas os aspectos editoriais serão apresentados. É um convite aos futuros interessados em aprofundar esse assunto.

O universo da amostra, embora aleatória, tem expressiva participação dos alunos da escola Sesi Internacional. Os jovens de 13 a 17 anos foram convidados a responder as questões através do survey no endereço<sup>1</sup>. Os dados, colhidos através das ferramentas google, orientaram a proposta das pautas que elencam a proposta do produto, revista oferecida e consumida na web.

O formato digital foi escolhido como uma aproximação com o público alvo da publicação, uma vez que pesquisas apresentadas no capítulo 6 ajudam a perceber que os jovens adolescentes, em sua maioria, se informam através de veículos conectados a internet. Há que se levar em conta, também, que, devido ao menor custo de produção, essa é uma atividade que pode ser trabalhada em nível laboratorial, contribuindo para a formação de futuros jornalistas conectados com as questões ambientais e executando atividades de extensão universitária.

---

<sup>1</sup>[https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPIqZbylEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/viewform?edit\\_requested=true](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPIqZbylEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/viewform?edit_requested=true), acessado em 18 de novembro de 2018.

As questões pedagógicas estão citadas aqui como contribuição livre, não sendo foco do trabalho e não tendo espaço no estudo teórico. Da mesma forma as perguntas formuladas à amostra não apontam para questões extensionistas ou a (re) estruturação dos cursos de jornalismo.

A maior preocupação aqui é sobre a possibilidade de alcance e de diálogo dos jovens adolescentes com as novas mídias no âmbito das pautas focados em questões ambientais. Isso também passa por um olhar mais demorado sobre os novos formatos de produção jornalística. As principais características que pautaram a escolha do formato revista digital estão apontadas para o fato dele possibilitar a exploração das pautas de forma mais aprofundada e integrar imagens e elementos visuais que convidem à leitura. De acordo com Loose e Girardi (2009), estas características das revistas fazem do formato editorial o mais indicado para a veiculação do jornalismo segmentado.

Entre os temas propostos para receber abordagens na produção da revista estão a gestão do lixo, agricultura urbana, clima, saúde, fauna, flora e cultura, entre outros. Eles serão sempre permeados pelo viés engajado do jornalismo ambiental, trabalhando-se a partir do conceito do professor Wilson da Costa Bueno, que será melhor explanado no capítulo 3.

Em um primeiro momento será produzido um piloto da revista, a ser compartilhado e divulgado entre escolas e espaços frequentados pelo público-alvo da publicação, formado por adolescentes entre 13 e 17 anos e com acesso à internet, seja em casa ou através da escola. O trabalho pode ter a participação de professores que desejem aproveitar o conteúdo da revista em sala de aula. Para hospedar o veículo foi escolhida a plataforma gratuita Wix ([www.wix.com](http://www.wix.com)), que permite a inserção e compartilhamento de hipertextos, fotografias e recursos multimídia. Contudo a etapa do compartilhamento não será analisada nesse trabalho.

É fundamental o papel das novas gerações nos diálogos sobre meio ambiente, e é importante que esses diálogos não fiquem restritos apenas ao espaço das salas de aula. As revistas frequentemente assumem um papel paradidático nas escolas, contexto no qual pode situar-se a Revista Gaia.

O presente trabalho inicia com uma revisão de literatura, relacionando autores que discorrem sobre jornalismo e a educação ambiental. Para compreender melhor a contemporaneidade temática do meio ambiente, foi feita uma breve análise

histórica do que chamamos de crise ambiental. Também foram abordadas as especificidades do jornalismo ambiental pela ótica de alguns dos principais autores que escrevem sobre o assunto no Brasil.

As questões teóricas e de rotina de produção dentro do chamado jornalismo ambiental são trabalhadas no capítulo 3. A ideia foi produzir um conhecimento que não só baseasse a proposta do novo veículo de comunicação como também verificasse o nível de interesse dos jovens adolescentes sobre o tema.

O objetivo deste trabalho, portanto, é propor a ampliação das possibilidades de levar informação socioambiental ao público jovem adolescente através do jornalismo em suportes digitais. A proposta vislumbra a informação estimulando a consciência ambiental e ampliando o pensamento crítico deste público em idade de formação. O acesso facilitado aos conteúdos se torna uma ferramenta poderosa nesse sentido.

## 2 HISTÓRICO E CONCEITO DE MEIO AMBIENTE

As sociedades primitivas desenvolveram-se a partir da caça, pesca e colheita de frutos e raízes. Os seres humanos (ou nossos ancestrais) viviam em grupos de hierarquia social não muito bem definida e se deslocavam, como bons nômades, em busca de alimentos. Neste período, a humanidade tinha uma relação estritamente dependente ao meio ambiente em que se encontrava e possivelmente se enxergava como parte dele (registros deste período são raros, pois é anterior ao surgimento da escrita).

O surgimento da agricultura, no período neolítico, foi um marco na história da humanidade. A partir de então os grupos humanos de caçadores-coletores descobriram que poderiam cultivar sementes e colher seus frutos após algum tempo, deu-se início a uma revolução social e comportamental que culminou na instituição do homem social moderno (PAZ, 2006). Com a agricultura, o processo de transformação da natureza pelo homem, que se iniciara com o domínio do fogo, cerca de cem mil anos atrás (DIAS, 2015), foi intensificado.

A relação do homem com a natureza foi objeto de estudo dos filósofos pré-socráticos, mas foi no pensamento de Aristóteles, primeiro biólogo da tradição ocidental, que ganhou uma sistematização formal. Sua visão de que a natureza é uma hierarquia de formas organizadas repercutiu por séculos e inspirou o pensamento medieval. Sobre a filosofia de Aristóteles, Thomas Kesselring (2010) afirma:

Para Aristóteles, a *physis* é o princípio do movimento e repouso inerente a todas as coisas. Graças a esse princípio, cada ser aspira ao seu lugar natural: objetos pesados tendem para baixo, objetos leves (como o fogo) tendem para cima. Nos seres vivos, o princípio do movimento é a *psyche*, a alma. Visto que ela é imaterial, os aristotélicos chamaram a alma de “forma corporis”. Enquanto princípio da vida, a alma é, ao mesmo tempo, o princípio das capacidades e qualidades específicas de cada ser vivo. Os movimentos das plantas são o crescer e o murchar: a planta tem uma alma vegetativa. Animais e homens podem se movimentar, deslocar-se de lugar em lugar; eles têm impulsos e inclinações, sentem necessidades, etc; isso tudo é possível graças a sua alma apetitiva. Além de tudo isso, o Homem possui uma alma racional, isso é, o homem é capaz de pensar e planejar suas ações. Entre outras capacidades, ter a competência de compreender cientificamente a Natureza faz parte da razão. A possibilidade da Ciência e do conhecimento na Natureza pertencem, então, à natureza humana. (KESSELRING, 2010).

Na Idade Média, a visão de natureza é predominantemente influenciada pelo contexto religioso cristão, sendo compreendida como resultado de uma obra divina a ser dominada pelo homem, como se percebe através do trecho bíblico de Genesis:

No princípio Deus criou o céu e a terra. (...) e criou Deus o homem a Sua imagem; criou-o à imagem de Deus (...). E Deus os abençoou, e disse: crescei e multiplicai-vos, e enchei a Terra e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre os pássaros do céu, e sobre todos os animais que se movem sobre a Terra. (Gênesis Cap. I, Versículos 27–28 – Bíblia Sagrada)

No contexto da Revolução Científica realizada pelas descobertas nas áreas da física, matemática e astronomia, René Descartes (1596-1650) é o principal nome do chamado pensamento mecanicista, que define o mundo como uma máquina perfeita regida por leis exatas (CAPRA, 1997). Nesta mesma época, um pouco antes de Descartes, destaca-se a descoberta do heliocentrismo por Nicolau Copérnico (1473-1543), que mostrou que o planeta Terra não tem posição central no universo.

Em oposição ao pensamento cartesiano da natureza, o Movimento Romântico, que repercutiu nas artes, literatura, ciência e sociedade ocidental nos séculos XVIII e XIX, retomou a visão holística da natureza.

Jean-Jacques Rousseau concebeu a teoria do bom selvagem, na qual o homem é visto como sendo bom por natureza, mas corrompido pela sociedade. A teoria deu origem a um arquétipo muito usado na literatura, dentro de um contexto histórico em que exploradores europeus estavam entrando em contato com diversos povos nativos ao redor do mundo.

Até esse momento, o meio ambiente era visto sob o prisma antropocêntrico, sendo tratado apenas como recurso para a satisfação das necessidades humanas, já que os recursos naturais eram tidos como renováveis e inesgotáveis. O ser humano era tido como superior e estava legitimamente aproveitando seu lugar no topo da cadeia alimentar.

Na segunda metade do século XIX, o pêndulo oscilou de volta para o mecanicismo, quando o recém-aperfeiçoado microscópio levou a muitos avanços notáveis em biologia. (CAPRA, 1997, p. 37).

A Revolução Industrial no século XIX traz a concepção de natureza objetiva, conforme sublinhou Capra em “A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos”. Nesse momento se excluem os resquícios de concepções religiosas. Dentro desta linha de pensamento, destaca-se Darwin, que apresenta a

concepção de natureza baseada no princípio da evolução das espécies, destituindo o homem de seu patamar superior ao tratá-lo como mais uma espécie no reino terrestre.

O termo “ecologia”, usado pela primeira vez pelo biólogo alemão Ernst Haeckel em 1866, provém do grego *oikos*, que significa “lar”. O conceito foi definido pelo autor como “a ciência das relações entre o organismo e o mundo externo circunvizinho” (HAECKEL Apud CAPRA, 1997, p. 43).

Em 1872, nos Estados Unidos, houve a criação do Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro do mundo. Já no Brasil, o primeiro parque criado foi em 1896, em São Paulo, denominado “Parque da Cidade”. Após isso, houve a criação do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, e do Parque Nacional do Iguaçu no ano de 1939. Em 1947, é criada na Suíça a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Foi, entretanto, nos anos 1960, período de intensas revoluções culturais, que o ambientalismo começou a se fortalecer como movimento. Um dos marcos do movimento ambientalista é a publicação, em 1962, do livro “Primavera Silenciosa”. A obra da cientista norte-americana Rachel Carson foi pioneira ao alertar o mundo sobre os efeitos nocivos do uso de pesticidas químicos no meio ambiente e trouxe as pautas ambientais para o centro do espaço público.

O termo meio ambiente é definido por Ricklefs como o que circunda um organismo, incluindo plantas e animais, com os quais interage. No dicionário Francês de ecologia, é o conjunto de fatores bióticos (os seres vivos) ou abióticos (físico-químicos) do habitat suscetíveis de terem efeitos diretos e indiretos sobre os seres vivos e, compreende-se, sobre o homem. (RICKLEFS apud REIGOTA, 2001).

Se as bases do ambientalismo moderno foram lançadas em 1962, foi na década seguinte que ganharam força, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, sendo a primeira vez em que líderes mundiais discutiram questões ambientais. Neste contexto foram debatidos os impactos da ação humana no planeta e começaram a ser impostos limites para essas intervenções. Entretanto, à medida que a globalização econômica avançou, a questão ambiental foi contaminada pelo discurso do desenvolvimento econômico sustentável, que não alterou a lógica vigente da exploração dos recursos naturais e suas consequências socioeconômicas (LEFF, 1998).



A problemática ambiental surge nas últimas décadas do século XX como o sinal mais eloquente da crise da racionalidade econômica que conduziu o processo de modernização. Diante da impossibilidade de assimilar as propostas de mudança que surgem de uma nova racionalidade (ambiental) para reconstruir as bases éticas e produtivas de um desenvolvimento alternativo, as políticas do desenvolvimento sustentável vão desativando, diluindo e deturpando o conceito de ambiente. (LEFF, 2012 p. 22)

Em 1975, é editada a “Carta de Belgrado” na intenção de promover uma estrutura mundial para a educação ambiental. E também é criado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) pela UNESCO, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A partir da década de 1980, a questão ambiental começa a crescer em importância no Brasil. No mesmo período, ambientalistas começaram a se organizar em grupos e iniciaram a construção do movimento ambientalista no país. Um dos efeitos desta articulação foi a aprovação da lei, em 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente no país, que tornou obrigatório para as indústrias a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento de atividades efetivamente poluidoras.

No ano de 1987, o termo ‘Desenvolvimento Sustentável’ foi utilizado pela primeira vez em um relatório da ONU sobre um panorama econômico menos consumista. A construção do conceito desenvolvimento sustentável continuou a ser trabalhado durante a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, organizada pela ONU e realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 2002. A Declaração de Joanesburgo estabelece que o desenvolvimento sustentável se baseia em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Expressiva também foi a inclusão de um capítulo próprio sobre o Meio Ambiente na Constituição Federal brasileira de 1988. Ali foi inaugurado o conceito de desenvolvimento sustentável na legislação do País e estabelecido que o meio ambiente deve ser preservado para as futuras gerações, reconhecendo que os recursos naturais são esgotáveis:

## CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida,

impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Mas foi somente na cobertura da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992, mais conhecida como Rio-92, Eco 92 ou Cúpula da Terra, que a imprensa brasileira viria a dar destaque aos temas de impacto ambiental. Foi nesse episódio que a comunidade internacional e mais de 100 chefes de Estado realmente perceberam que era necessário conciliar o desenvolvimento econômico com a utilização dos recursos naturais. O encontro discutiu temas como clima, água, transporte alternativo, turismo ecológico e reciclagem.

Desta conferência, resultaram diversos documentos importantes como o “Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, “A Carta da Terra” e a “Agenda 21”, abordando diversas sugestões para a implementação da Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável. Posteriormente, aconteceram outras conferências importantes como a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Johanesburgo, África do Sul) em 2002, a Conferência Rio +20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2012, no Rio de Janeiro, para citar as mais importantes. Entretanto, outras ocorreram em função de temas específicos como mudanças climáticas, emissão de poluentes pelos países, entre outras. (SANTOS e LEAL apud DIAS, 2016, p.101).

Já no século XXI, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2002, estabeleceu a resolução nº 254, declarando 2005 como o início da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Em 2012, a Conferência Rio +20 foi precedida pela Youth Blast, evento realizado também na capital fluminense em que adolescentes e jovens discutiram propostas para serem encaminhadas ao evento principal.

É com base nesse protagonismo e na preocupação com o meio ambiente que os jovens adolescentes expressam que o trabalho se propõe a entender um pouco mais esse processo e apresentar um veículo de comunicação jornalístico que possa ampliar o volume de informações. A proposta terá mais validade e mais aderência quanto mais houver identidade com o público.

## 2.1 HIPÓTESE DE GAIA: A TEORIA DA MÃE-TERRA

Na mitologia grega, Gaia é a deusa que gerou o mundo e a personificação da Terra. A divindade é cultuada desde o período pré-helênico. Segundo Paz (2006, p. 12-13 apud Passmore, 1975 e Croall & Rankin, 1981),

Durante a maior parte de sua história, os homens pensaram os processos naturais como tendo intenções e como capazes de serem influenciados exatamente à maneira dos seres humanos, pela oração e súplica, não através de um Deus antropomórfico, mas diretamente, sem meditação. (...) Nos últimos dois mil anos, o mundo ocidental greco-cristão tem rejeitado inteiramente a concepção da Natureza como parte integrante dos seres humanos. (PASSMORE apud PAZ, 2006, p. 12 e 13).

A deusa Gaia batizou a teoria criada pelo cientista e ambientalista britânico James Lovelock em 1979, que resgatou o conceito de que a Terra é um ser vivo que se autoregula. A hipótese de Gaia, também chamada de hipótese biogeoquímica, prevê que todos os componentes da biosfera são interligados e agem em conjunto na regulação das condições ideais para a manutenção da vida terrestre (Paz, 2006).

Contestada por outros cientistas, que a criticaram por parecer “romântica” demais, a hipótese de Gaia foi cunhada em um contexto que fez emergir as bases para o ambientalismo contemporâneo, tendo como gancho a escola filosófica chamada de Ecologia Profunda (*deep ecology*). O conceito foi criado no início dos anos 1970 pelo filósofo norueguês Arne Naess em contraposição à visão instrumental e antropocêntrica dominante no período, que pregava que a Terra consistia em um terreno que poderia e deveria ser explorado pelo homem (Pelizzoli, 2004). Após duas grandes guerras, a manipulação de energia atômica para fins bélicos e a extinção em massa de espécies animais e vegetais, o mundo ocidental experimentou um período de desencanto da utopia de que o domínio da ciência levaria a humanidade a uma sociedade mais justa e evoluída.

Foi nesta mesma época (final dos anos 1950 e início dos anos 1960) que a corrida espacial entre Estados Unidos e União Soviética se intensificou, permitindo que a Terra fosse vista por outra perspectiva pela primeira vez. A visão comoveu os cosmonautas e astronautas e conferiu à Gaia um rosto: o de um “globo azul e branco flutuando na profunda escuridão do espaço” (CAPRA, 1997, p. 90). De acordo com o físico Fritjof Capra, estudioso da ecologia profunda,

embora a ideia de uma Terra viva seja muito antiga, [...] os voos espaciais no início da década de 60 permitiram aos seres humanos, pela primeira vez, olhar efetivamente para o nosso planeta a partir do espaço exterior e percebê-la como um todo integrado. (CAPRA, 1997, p. 90)

O título do produto criado no contexto do presente trabalho faz referência ao mito de Gaia e à teoria que dele se originou.

### 3 JORNALISMO AMBIENTAL

A educação ambiental está assegurada pelo artigo 225, inciso IV da Constituição Federal, e também pelo artigo 5º da Lei Federal 9.795, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, garantindo a “democratização das informações ambientais” como um dos objetivos fundamentais da educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999). O presente trabalho objetiva criar um veículo que ajude a cumprir este papel no contexto escolar através de um dos instrumentos da Comunicação Ambiental: o jornalismo.

Em primeiro lugar, é preciso conceituar o Jornalismo Ambiental e diferenciá-lo de outras formas de comunicação sobre o meio ambiente. Quem faz essa distinção é Bueno (2007), que em sua obra trabalha com os conceitos de Comunicação Ambiental e Jornalismo Ambiental. O primeiro diz respeito a todo tipo de ações realizadas com o intuito de divulgar a causa ambiental, seja realizada por um comunicador ou profissional de qualquer área (agrônomo, pesquisador, professor, agricultor, publicitário etc.). Em resumo, qualquer pessoa pode produzir Comunicação Ambiental. Já o Jornalismo Ambiental é reduto das redações de veículos jornalísticos, sejam impressos ou não. O Jornalismo Ambiental é uma forma de comunicar, mas com características próprias do saber jornalístico.

Bueno (2007) afirma que o Jornalismo Ambiental é resultado tanto do trabalho de profissionais que atuam na mídia de massa como na imprensa especializada, embora encontre muito mais espaço nos veículos segmentados sobre meio ambiente. É característica dos jornalistas que atuam na cobertura de temas ambientais se reunirem em redes e agremiações e promoverem encontros e congressos, como a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, que promove o Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, e a Rede de Jornalistas Ambientais da América Latina e do Caribe.

Simplificadamente, podemos conceituar o Jornalismo Ambiental como o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado. (BUENO, 2007, p. 35)

A história do Jornalismo Ambiental remonta a 1968, ano em que a UNESCO realizou em Paris a Conferência sobre a Biosfera. Na ocasião, jornalistas fundaram a primeira entidade de jornalismo ambiental de que se tem conhecimento. No mesmo período, o jornalista Randau Marques começa a atuar como jornalista ambiental no Brasil, denunciando empresas envolvidas em escândalos ambientais.

Em 1989, quando os debates sobre meio ambiente já estavam bem mais avançados no cenário global, a Associação Nacional de Jornais, em conjunto com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, promoveu o Seminário “A Imprensa e o Planeta”. No mesmo ano, a Federação Nacional do Jornalistas realizou na capital federal o Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente, evento que inspirou a criação de núcleos regionais de jornalismo ambiental nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Minas Gerais

Um dos principais autores sobre Jornalismo Ambiental no Brasil, o jornalista e professor Wilson da Costa Bueno trabalha com a ideia de que o Jornalismo Ambiental tem três funções principais: a função informativa, a função pedagógica e a função política. A primeira “preenche a necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas da questão ambiental” (Bueno, 2007, p. 35), levando ao público informações que impactam diretamente no seu dia a dia e em sua qualidade de vida.

A função pedagógica, por sua vez, aponta caminhos e reflete sobre soluções para os problemas ambientais. A função política tem a missão de mobilizar a população a “fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental” (Bueno, 2007, p. 36). Nesta função entra o aspecto politizado do Jornalismo Ambiental, que não pode, segundo Bueno (2007), se negar a assumir um posicionamento de defesa do meio ambiente e contra os vetores que o prejudicam de alguma maneira.

O autor discorre sobre a importância de manter um estado de constante vigilância diante de setores que historicamente têm prejudicado o meio ambiente em nome do favorecimento de seus negócios. Entram nesta lista empresas de mineração, agropecuárias e agroquímicas, por exemplo, além de governantes que

por omissão ou comprometimento com os interesses empresariais, ou de grupos privilegiados da sociedade, não elaboram e põem em prática políticas públicas que contribuem efetivamente para reduzir a degradação ambiental. (BUENO, 2007, p. 36)

A função política do Jornalismo Ambiental é uma das mais críticas, pois a grande mídia tende a ignorá-la ou abrandá-la para não ferir o interesse econômico de empresas com as quais tenham envolvimento financeiro.

Ao mesmo tempo, empresas que porventura estejam realizando ações sustentáveis procuram os veículos jornalísticos para divulgar suas práticas, mas o resultado pode se situar muito mais dentro do conceito de marketing verde do que do Jornalismo Ambiental. O que Bueno salienta é que o Jornalismo Ambiental não pode estar descolado do compromisso do jornalismo com o interesse público em detrimento de interesses pessoais ou empresariais.

O mito da isenção jornalística, que guia os profissionais da área a não tomarem partido por qualquer um dos lados que serão consultados durante a produção de uma reportagem, não pode ser seguido pelo Jornalismo Ambiental (Bueno, 2007).

O jornalismo ambiental deve propor-se política, social e culturalmente engajado, porque só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses. (BUENO, 2007, p. 36)

A praxis do jornalista que produz Jornalismo Ambiental deve ser de dar voz a quem convive com o meio ambiente e usualmente não tem local de fala no espaço público, como os homens e mulheres do campo, pescadores e pequenos agricultores. Não deve ele ser refém apenas de fontes que trabalham em laboratórios, instituições de ensino e gabinetes públicos, ao que Bueno (2007) se refere como *síndrome da lattelização das fontes* (fazendo referência à plataforma Lattes, onde se encontram os currículos dos pesquisadores brasileiros).

O Jornalismo Ambiental deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés. (BUENO, 2007, p. 36).

O referido autor identificou outros equívocos que afetam negativamente o Jornalismo Ambiental praticado no Brasil. A esses equívocos Bueno (2007) se refere como *síndromes*. Além da já citada *síndrome da lattelização das fontes*, que não afeta somente o Jornalismo Ambiental, mas todo o Jornalismo Científico brasileiro, o autor descreve outras quatro.

A *síndrome do zoom ou do olhar vesgo* diz respeito ao equívoco de fragmentar a cobertura jornalística a fim de enquadrá-la em um único caderno ou editoria, ignorando seu caráter fundamentalmente multidisciplinar. O Jornalismo Ambiental produzido sobretudo em veículos não-especializados vem enquadrado em editoriais fixas, como as de Meio Ambiente, Ciência & Tecnologia, Agropecuária, Turismo e Economia. O resultado é uma cobertura ambiental incompleta, muitas vezes enviesada e contaminada pelo olhar unidimensional de uma determinada editoria.

No mesmo contexto, a *síndrome do muro alto* refere-se à tradição de priorizar “a vertente técnica (comprometida com a perspectiva empresarial)” (BUENO, 2007, p. 37) em detrimento de uma visão mais abrangente na cobertura ambiental, ignorando aspectos políticos e socio-culturais ou não conferindo-lhes o status de prioridade. Esta síndrome está diretamente relacionada à *síndrome da lattelização das fontes*, pois ambas se baseiam em reproduzir discursos científicos como se estes representassem a verdade absoluta, ignorando os interesses que possam estar aliados à opinião técnico-científica. Segundo o autor, a defesa da suposta neutralidade científica no jornalismo mascara a amplitude dos problemas ambientais, quando muitas vezes ela defende os interesses empresariais que apenas “maquiam” esses problemas apresentando soluções cosméticas e pouco efetivas.

Outra síndrome relacionada é a *das indulgências verdes*, pelo meio da qual empresas predadoras, com histórico ambiental pouco favorável, se utilizam dos veículos de informação para tentar “limpar a imagem” através de *marketing verde* travestido de Jornalismo Ambiental. “A expressão ‘indulgências verdes’ aplicada à questão ambiental foi cunhada por Marcelo Leite, jornalista da *Folha de S. Paulo*” (BUENO, 2007, p. 38).

A quinta e última síndrome identificada por Bueno é o que ele chama de *síndrome da baleia encalhada*. Ela trata do sensacionalismo com o qual muitas vezes são direcionadas as coberturas ambientais. Os artifícios que são inseridos nas reportagens com o intuito de chocar ou emocionar o receptor da notícia têm como efeito colateral a descontextualização os fatos. De acordo com o autor, esta síndrome consiste em apresentar os efeitos de problemas ambientais - como derramamentos de óleo ou vazamento de produtos tóxicos, morte de animais,



furacões, incêndios florestais, tsunamis, florestas desmatadas, rios e mares poluídos etc. - e ignora suas causas.

O resultado é um jornalismo de notícias espetacularizadas e imagens de grande apelo estético, perfeitas para uma manchete alarmante, mas que não leva o público a refletir sobre a origem de tais desastres ambientais e como evitá-los. Bueno afirma que “o debate e conscientização ambiental não podem limitar-se a uma foto parada, ainda que colorida e de grande impacto, porque dependem de uma cobertura mais investigativa que busque enxergar além das imagens” (BUENO, 2007, p. 38).

Sobre este assunto, Robert recorda que

no final de década de 1980, (...) o debate público sobre ambientalismo era de confronto e fragmentado. (...) Todo problema ambiental era tratado caso a caso à medida que aparecia e só pelo tempo que demorasse o interesse por eles nos meios de comunicação de massa. Então algum outro assunto entrava na ordem do dia, embora a sua relação com o problema anterior raramente fosse considerada. (ROBERT, 2002, *The Natural Step*, p. 22)

Por outro lado, Frome (2008) acredita que é útil aproveitar a emoção, a imaginação e os sentimentos do autor e imagens de impacto para aproximar o público da reportagem, sem com isso deixar de lado o trabalho de fazer uma pesquisa apurada e um texto conciso, “claro e compreensível, baseado em dados e extensa pesquisa” (Frome, 2008, p. 63). Michael Frome também critica as noções de imparcialidade e objetividade jornalística no âmbito do jornalismo ambiental, mas afirma que sua crítica à objetividade não deve isentar o jornalista de conduzir minuciosa pesquisa e checagem de fatos para embasar sua produção. Qualquer coisa que escapar a esses procedimentos não pode ser considerada jornalismo.

Diversos modelos jornalísticos já foram experimentados para praticar pautas ambientais mas percebe-se a tendência de um modelo denominado “jornalismo participativo”, mais popular e engajado, que estimula a cidadania e o a democracia.

Assim, para esse novo jornalismo, torna-se imperativo que o jornalista encoraje o envolvimento do cidadão na vida pública, desenvolvendo nos jornalistas uma nova perspectiva - a do participante justo, com a utilização de um novo conjunto de instrumentos de trabalho. Ou seja, um jornalismo mais ativo na construção de um espaço público mais vibrante e na resolução dos problemas da comunidade. (DORNELLES, 2008, p. 128)

Há divergências sobre o espaço que o tema “Meio Ambiente” encontra no jornalismo diário praticado no Brasil. Quando considerada apenas por seu viés

natural, a temática ambiental normalmente não recebe a devida atenção por parte dos veículos jornalísticos especialmente devido ao ritmo acelerado das redações, a carência de profissionais capacitados e a pressão por fazer com que as notícias sejam comercializadas o mais rápido possível ao leitor, ouvinte ou telespectador.

Apesar da atenção crescente aos fatos ambientais, raros são os veículos dispostos a construir uma equipe e explorar essa potencialidade. Editorias de política, economia e esportes ainda alavancam maiores equipes e são o foco de interesse. Incorporar a variável ambiental nestes grupos, contudo, é um processo difícil e longo. (GIRARDI et al 2012 p.144)

Porém, cada vez mais se percebe o entendimento do ecológico como parte integrante da vida cotidiana, o que faz com que temas ambientais sejam discutidos de forma transversal a temas como comportamento, política ou economia.

O advento das evidências científicas sobre as mudanças ambientais globais consolidou o ecológico como eixo recorrente de enquadramento da vida contemporânea. No jornalismo diário e especializado não faltam exemplos dessa presença, desdobrada em diferentes coberturas: cotidiano, comportamento, política e economia. Além disso, as possibilidades no universo on-line despertam um campo rico de atuação. Estes são alguns fatores que reforçam as já existentes expectativas sobre a potencialidade da informação jornalística como elemento importante na construção de soluções para uma vida sustentável. (GIRARDI et al 2012 p.134)

O jornalismo ambiental pode ser feito nas redações de veículos diários ou com outras periodicidades, mas é na mídia alternativa e em publicações especializadas que encontra espaço para ser plenamente desenvolvido, com viés crítico e militante.

Pautas sobre meio ambiente costumam demandar mais tempo e recursos do que os jornais diários se dispõem a dedicar. Para Bueno (2006), o equívoco de grande parte da mídia começa quando o meio ambiente é retratado de forma distante e romantizada, desvinculada da realidade e do cotidiano da maioria das pessoas.

A imprensa brasileira dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade e clareza na pauta da discussões públicas, geralmente ganham enfoques superficiais ou distorcidos, por vezes ganham destaque as "Ecocatástrofes", por meio do terrorismo de manchetes de uma "natureza na UTI.", isto é, ressaltam a ecologia sob a face do medo veiculado. (ALVES, 2002 p.7)

Importante ressaltar que a questão ambiental vai além de temas específicos como extinção de animais ou florestas, mas também compreende questões urbanas e sociais como miséria, violência e consumismo. Ainda hoje existe, por grande parte da população, uma visão de que a cobertura midiática sobre meio ambiente se refere somente a catastrofes ecológicas e conceitos vagos como “cuidar das águas” e “proteger as florestas”, quando a sustentabilidade socioambiental deveria ser percebida e perseguida no cotidiano de toda a população para além do olhar sobre a natureza.

Acredita-se que o jornalismo ambiental deva contextualizar o homem dentro da natureza, apresentando os problemas suas causas e conseqüências, sugerindo soluções, estimulando ações para que possam enfrentá-los. Contribuindo para a formação da cidadania ambiental. Portanto, estimular a solidariedade, justiça social, valorização da vida, debater segurança e exclusão social, esses temas se relacionam com a vida pessoal e coletiva do homem, estimulam a formação de atitudes humanizadoras na preservação e na defesa do homem. Incentivando relações sociais de respeito à natureza, a si próprios e aos demais seres humanos. (ALVES, 2002 p.12)

Frequentemente, a grande mídia também evita publicar matérias críticas de jornalismo ambiental que possam se chocar com os interesses de empresas anunciantes, patrocinadoras, acionistas ou que tenham alguma relação comercial com a direção do veículo em questão.

Ainda há que se considerar a contradição entre o incentivo ao consumismo e à proteção ambiental propostos pela mídia. Nesse sentido Brügger (1998) considera a mídia uma parceira improvável da Educação Ambiental.

Apesar do vasto território brasileiro e das inúmeras possibilidades de coberturas relacionadas à sustentabilidade, o país conta com poucas publicações especializadas no assunto. Exemplos de publicações na área são a Revista e o Portal do Meio Ambiente, a Revista Planeta e o site EcoDebate.

## 4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Educação Ambiental é uma área do ensino voltada para a conscientização dos indivíduos sobre os problemas ambientais e como ajudar a combatê-los. É um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável, que começou a ser delineado a partir da Conferência de Belgrado, em 1975, onde foi apresentada a Carta de Belgrado, documento tido como um importante marco histórico na luta em defesa do meio ambiente. Na Carta de Belgrado constam todos os princípios norteadores e reguladores de como os educadores deverão abordar os assuntos relacionados ao meio ambiente nas mais diversas disciplinas.

Um aspecto que se ressalta na Carta de Belgrado refere-se à Educação Ambiental que deve extrapolar o universo das instituições educacionais e ganhar relevo em todos os segmentos da sociedade. Deve sobretudo envolver crianças, adolescentes e jovens que estão em processo de formação e serão os protagonistas da sociedade. (SANTOS e LEAL apud DIAS, 2016, p.103)

Posteriormente, a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, Geórgia, no ano de 1977, estabeleceu princípios gerais, objetivos e estratégias para uma educação voltada ao meio ambiente. As estratégias definidas no evento são parâmetros seguidos até hoje pelos signatários.

Os primeiros registros do uso do termo “Educação Ambiental” (*Environmental Education*) datam de 1965, na ocasião da Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Grã-Bretanha. Em 1974, o Seminário de Educação Ambiental em Jammi, na Finlândia, reconhece a Educação Ambiental como de caráter interdisciplinar e permanente. O campo ambiental, por si próprio, ultrapassa as fronteiras entre disciplinas.

### 4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No Brasil, a Educação Ambiental começou a ganhar destaque nos anos 80, na maré dos movimentos ambientalistas. Algumas legislações anteriores já haviam considerado ações de Educação Ambiental, como o Código Florestal (Lei Nº 4.771, de 1965, Art. 43) que abordava a necessidade de promover no âmbito educativo, nos estabelecimentos públicos ou subvencionados, a conscientização sobre o valor das florestas.

A lei estabelecia nesta época a obrigatoriedade de se comemorar nestas instituições a Semana Florestal indicando que fosse ressaltado o valor das florestas devido aos seus produtos e utilidades, além da forma correta de conduzi-las e perpetuá-las (SANTOS e LEAL apud DIAS p.101)

Mas foi em 1981 que nasceu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), que estabeleceu a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Alguns anos depois, a Constituição Federal de 1988 determinou a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino (artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI), e uma lei promulgada em 1999 pelo Governo Federal institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

No ano que antecedeu a Rio 92, evento considerado marco na história da cobertura ambiental no país, foram criadas duas instâncias no Poder Executivo, destinadas à Educação Ambiental no Brasil: o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Ministério da Educação (MEC), que em 1993 se transformou na Coordenação-Geral de Educação Ambiental (Coea/MEC), e a Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O Ministério do Meio Ambiente foi criado no ano seguinte.

O MEC realizou como evento paralelo oficial o Workshop sobre Educação Ambiental, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. O evento resultou criação de um documento: a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que reconhece a Educação Ambiental como “componente imprescindível do desenvolvimento sustentável”. Entre as recomendações, ficou estabelecido que:

- a) haja um compromisso real do poder público federal, estadual e municipal no cumprimento e complementação da legislação e das políticas para EA;
- b) haja uma articulação dos vários programas e iniciativas governamentais em EA, pelo MEC;
- c) o MEC estabeleça diretrizes complementares aos documentos existentes sobre a EA e que orientam suas delegacias estaduais (DEMEC);
- d) as políticas específicas, formuladas para a EA, expressam a vontade governamental em defesa da escola pública, em todos os níveis de ensino;
- e) o MEC estabeleça grupos e fórum permanentes de trabalho que definam procedimentos para diagnóstico das especificidades existentes no país e mecanismos de atuação face às questões ambientais;
- f) o MEC, em conjunto com as instituições de ensino superior (IES), defina metas para a inserção articulada da dimensão ambiental nos currículos, a fim de que seja estabelecido o marco fundamental da implantação da EA no 3º grau;

g) as discussões acerca da inserção da EA no ensino superior sejam aprofundadas devido à sua importância no processo de transformação social;

h) sejam cumpridos os marcos referenciais internacionais acordados em relação à EA como dimensão multi, inter e transdisciplinar em todos os níveis de ensino;

i) que o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) assuma o compromisso com a implantação da dimensão ambiental nos currículos dos diferentes cursos das IES;

j) as IES e os órgãos governamentais apoiem os núcleos e centros interdisciplinares de EA existentes e estimulem a criação de novos;

l) haja estímulo concreto à pesquisa, formação de recursos humanos, criação de bancos de dados e divulgação destes, bem como aos projetos de extensão integrados à comunidade;

m) sejam incentivados os convênios interinstitucionais nacionais e internacionais;

n) sejam viabilizados recursos para a EA, através de apoio efetivo a realização de programas, presenciais e à distância, de capacitação e fixação de recursos humanos de reformulação e criação de novos currículos e programas de ensino, bem como elaboração de material instrucional;

o) em todas as instâncias, o processo decisório acerca das políticas para a EA conte com a participação da(s) comunidade(s) direta e/ou indiretamente envolvida(s) na problemática em questão.

Finalmente, foi aprovada em 1999 a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, com a criação da Coordenação-Geral de Educação Ambiental no Ministério da Educação e da Diretoria de Educação Ambiental no Ministério do Meio Ambiente. Desde então, ficou estabelecido que a Educação Ambiental deve atuar em todos os níveis de ensino formal, integrando inclusive as Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação à Distância na Educação de Jovens e Adultos. Regulamentada em 2002, a lei descreve Educação Ambiental como “os processos por meios dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Lei 9.795/1999, art. 1º). Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o meio ambiente é definido como um dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1998).

A legislação vigente no país prevê que a Educação Ambiental seja permanente, interdisciplinar e que examine as principais questões ambientais em perspectiva mundial, mas considere as diferenças regionais. Para Camargo (2006) apud Guimarães (2004), entretanto, é comum a temática ambiental surgir isolada e descontextualizada no ambiente escolar, através de conteúdos pouco relacionados

com a realidade dos estudantes e ênfase na mudança pontual de comportamentos individuais. Um exemplo é culpar os indivíduos pela crise hídrica e omitir o desperdício de água gerado pela agricultura e pecuária. Apesar da importância da conscientização individual, discursos que culpabilizam os alunos devem ser evitados, pois surtem pouco efeito se o papel da iniciativa individual não for compreendido dentro de um contexto mais abrangente.

São diversas as metodologias que podem ser adotadas na Educação Ambiental. Camargo (2006) defende a adoção de uma Educação Ambiental crítica e emancipatória, que se preocupe mais com os efeitos dos problemas ambientais do que com suas causas. Para Cavalcante (2006, p. 77),

Uma Educação Ambiental crítica pressupõe uma visão de ambiente que não pode estar desatrelada das questões sociais que nele estão inseridas, nega a visão naturalizada das realidades, busca compreender e superar os problemas por elas impostos e visa ao processo de formação de sujeitos sociais emancipados politicamente. (CAVALCANTE, p. 77)

Uma forma de começar a trabalhar com Educação Ambiental é conhecer o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola onde se vai ensinar e a partir dele elaborar um currículo que contemple a Educação Ambiental em todas as disciplinas (Cavalcante, 2006). O caráter interdisciplinar da Educação Ambiental deve ser respeitado, uma vez que normalmente figura somente nas aulas de disciplinas como Ciências e suas ramificações (Biologia, Física e Química) e Geografia.

O fenômeno da ausência de interdisciplinaridade não é flagrante apenas na Educação Ambiental, mas comum aos temas transversais que são abordados no ensino formal. Loureiro e Lima (2006) apontam que um dos caminhos possíveis para promover uma Educação Ambiental crítica no ambiente escolar é a participação da comunidade em projetos de EA. O envolvimento de toda a comunidade escolar (professores, pais e coordenadores) é de extrema importância para o sucesso dos projetos, e o envolvimento da comunidade externa tem potencial para agregar ainda mais conhecimento e possibilitar uma troca de conhecimentos enriquecedora para os alunos.

Os autores Loureiro e Lima (2006) também defendem evitar campanhas pontuais em datas relacionadas ao meio ambiente (como o dia da árvore, por exemplo), que tendem a serem descontextualizadas se a questão ambiental não é constantemente trabalhada ao longo do ano letivo em aulas regulares ou como parte

de projetos mais abrangentes. De igual ou maior importância é ter atitudes sustentáveis no dia a dia da escola e transmiti-las aos estudantes através do exemplo. “Para além de uma prática pedagógica, a Educação Ambiental é uma visão de mundo” (Loureiro e Lima, 2006, p. 126). Outra lacuna que surge quando se tenta introduzir a Educação Ambiental no ambiente escolar é a da falta de orientação aos professores, o que pode levá-los a abordar o tema de uma maneira reducionista (Rego, Carvalho e Andrade, 2006).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) afirma que embora a questão socioambiental não seja citada especificamente no Estatuto da Criança e do Adolescente,

a temática é transversal a praticamente todas as outras que envolvem a infância e a adolescência, como o direito à saúde, por exemplo, já que o cuidado e a conservação do planeta, se levados a cabo, possibilitam o desenvolvimento pleno e saudável desses seres humanos em formação. (PORTAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2008)

Em 2003, uma iniciativa do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), constituído pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), promoveu a primeira edição da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), que envolveu mais de 15 mil escolas de municípios de todo o país. Desde então a Conferência já ganhou outras quatro edições: em 2005/2006, em 2008/2009, em 2013, e em 2018, com o tema "Vamos Cuidar do Brasil Cuidando das Águas". A participação na CNIJMA, através de encontros e debates sobre o tema que norteia cada edição, é feita por adesão espontânea de escolas do segundo segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Sua 5ª edição, realizada este ano, teve quatro etapas: Conferência na Escola, Conferência Municipal/Regional, Conferência Estadual e Conferência Nacional. A cada fase foram escolhidos delegados de 11 e 14 anos para as demandas prioritárias para a próxima etapa, sendo a última a Conferência Nacional. A iniciativa, que visa envolver crianças, adolescentes e jovens de todo o país no desenvolvimento de estudos, ações e projetos de temática socioambiental, pode ser considerada um marco na história da Educação Ambiental no Brasil.



## 4.2 DIÁLOGOS ENTRE JORNALISMO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO

A jornalista Ana Paula Lückman (2007) escreveu sobre a relação entre o jornalismo e a educação, partindo da hipótese de que o jornalismo ambiental tem o potencial de educar e conscientizar o público sobre a crise ambiental. A autora reconhece que os veículos de comunicação são fundamentais para a divulgação de estudos científicos e que a cada período, uma pauta ambiental é amplamente coberta pelos noticiários. Lückman cita o caso do aquecimento global e seu apelo diante da mídia. Entretanto, “a relação informação-conhecimento, assim como a relação informação-conscientização, não é automática” (Lückman, p. 123). A autora cita os grandes eventos realizados pelo ONU, em Estocolmo (1972), Rio de Janeiro (1992) e Johannesburgo (2002) como marcos da inserção do debate ambiental na grande mídia mundial, além de motivarem o surgimento de políticas públicas de promoção à educação ambiental.

Neste contexto, a lei federal 9.795, que instituiu a PNEA, prevê que é papel dos meios de comunicação “colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação”.

O mesmo texto legal prevê “a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas” e “a busca por alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental”. A PNEA prevê ainda que o poder público, em todos os níveis, deve incentivar “a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente” (LÜCKMAN apud DIAS, 2000, pp. 66-72; BRASIL, 2005, pp. 65-70).

Anterior à criação da PNEA é o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), de 1994, que já então estabelecia diretrizes para as políticas públicas de educação ambiental e destacava a importância dos meios de comunicação na aplicação dessas diretrizes.

Ainda a Agenda 21 Brasileira, dentre suas 21 ações prioritárias, evidencia o papel educativo da mídia.

A plataforma das 21 ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira (2004, p. 34) entende que a sustentabilidade exige uma dimensão comunicativa, e coloca a necessidade de se mobilizar o papel relevante de pedagogia social dos meios de comunicação – televisão, rádio e jornal – para veicular informação de interesse social, produzir campanhas voluntárias de esclarecimento,

gerando notícias capazes de conscientizar a opinião pública sobre a necessária mudança de comportamentos (SULAIMAN, 2011, p. 648)

Devido à massificação dos meios de comunicação social nas residências, a formação das pessoas deixou de ser uma tarefa exclusiva da família e da escola, tampouco de pais e professores. Essa formação passou a ser também papel da comunicação, que tem uma relação forte e direta com a Educação. E da inter-relação entre as áreas da educação e da comunicação, nasce o termo Educomunicação:

[...] foi criado, em 1980, pelo argentino Mario Kaplún, com uma postura voltada mais para a leitura crítica da mídia. Muito embora a análise e a prática realizadas por Paulo Freire e Kaplún continuem presentes na concepção de Educomunicação, o sentido desse termo se ampliou e conta com os desdobramentos, pesquisas, trabalhos e debates. [...] O que pouca gente sabe é que os conteúdos da Educação ambiental fazem parte das origens brasileiras desse novo campo de pesquisa acadêmica e intervenção social que promove práticas democráticas e transformadoras de comunicação (BRASIL, 2006, p. 159).

Desta forma a mídia assumiu nova responsabilidade no que tange à formação do cidadão, devendo, além de informar, estimular mudanças de hábitos para obter resultados na área ambiental. É neste ponto que a produção jornalística se reveste de grande importância nesse processo.

## 5 JORNALISMO PARA INTERNET

O jornalismo sempre passou por transformações relacionadas ao surgimento de novas tecnologias. Da invenção da imprensa por Gutenberg, no século XV, passando pela máquina de escrever, no século XVIII, pelo advento do rádio e da televisão nos séculos XIX e XX até o surgimento e popularização da internet, o fazer jornalístico foi sendo repensado e adaptado para cada tecnologia que permite a difusão de informação.

Com o aparato tecnológico disponível a partir do fim do século XX e início do século XXI, o jornalismo atingiu níveis de eficiência que antes eram impraticáveis. Desde o momento da apuração da notícia e do contato com as fontes, o jornalista utiliza ferramentas que permitem mobilidade e velocidade de transmissão de informações. A possibilidade de publicar textos, fotos, áudios e até vídeos diretamente do local da notícia, sem passar pela redação, fortaleceu o conceito de “notícia em tempo real”.

As redes digitais instauraram uma forma comunicativa feita de fluxos e troca de informações “de todos para todos”. Em função da quantidade limitada de informações que podem ser veiculadas na rede, a temporalidade também é distinta, praticamente em tempo real, resultando em instantâneas todas as formas de comunicação na web. (DI FELICE, 2008, p. 53)

Se hoje coexistem na sociedade diversos meios de comunicação, é inegável a presença cada vez mais expressiva da internet como fonte de informação. O Brasil tem 116 milhões de pessoas - o equivalente a 64,7% da população com idade maior que 10 anos - conectadas à internet, de acordo com os mais recentes dados do IBGE sobre o assunto (IBGE, 2017). Entre as crianças e adolescentes com idade entre 9 e 17 anos, a porcentagem é ainda mais representativa: 82% são usuários da internet, o que corresponde a 24,3 milhões de pessoas, segundo pesquisa divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil em 2017. Entre os jovens brasileiros de 9 a 17 anos conectados à internet, 51% usam esse meio para ler ou assistir a notícias, de acordo com a pesquisa TIC Kids Online Brasil 2017, divulgada em 2018 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação (Cetic.br).

Neste contexto, a internet mostra-se um espaço importante de informação e lazer que exerce grande impacto sobre o público jovem. Ainda nos anos 1990,

Dertouzos reconheceu que “jovens do mundo inteiro já se reúnem na *World Wide Web* com objetivos educacionais” (DERTOUZOS, 1997, p. 177). Através de smartphones, laptops, tablets ou microcomputadores; em casa, na rua ou na escola, os adolescentes estão conectados à internet em grande parte do tempo. Esse cenário justifica a escolha de uma plataforma virtual para hospedar o produto proposto neste trabalho.

De acordo com Pinho (2003), o texto jornalístico para a internet deve ser diferente do texto pensando para um veículo impresso. Para compreender as diferenças entre uma plataforma e outra, é preciso em primeiro lugar pontuar as características da web.

O ambiente virtual é apresentado através de suportes físicos que influenciam diretamente a experiência do usuário. Quando a internet comercial chegou ao Brasil, em maio de 1995, o acesso à “rede mundial de computadores” no âmbito doméstico só podia ser feito através de um microcomputador conectado a um modem dial-up. Em 2018, o número de acessos pelo smartphone ultrapassou o de computadores. Das 120,7 milhões de pessoas que acessaram a internet no período analisado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), 49% o fizeram exclusivamente por telefones celulares, ao passo que 47% acessaram a rede pelo computador e pelo celular e somente 4% apenas pelo computador.

A pesquisa divulgada em julho de 2018 revelou ainda que 20% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet sem a possuir computador. Esses dados ajudam a compreender o atual panorama do alcance da internet no país e seu potencial informativo, educativo e como fonte de entretenimento, mas os dois suportes compartilham características em comum. Uma delas é a luz exibida pelo monitor ou tela, “que faz com que o leitor pisque menos os olhos, o que pode resultar em fadiga visual” (PINHO, 2003, p. 183).

Esta particularidade é utilizada pelo autor para justificar sua sugestão de produzir textos mais curtos e concisos para a web. “O texto para web não tem fronteiras de espaço, mas os leitores têm sua atenção limitada por diversos fatores” (Pinho, 2003, p. 183). Uma página na internet convive e concorre diretamente com outras opções quase infinitas, disponíveis à distância de um clique. Em computadores, é comum que diversas páginas (abas) estejam abertas ao mesmo tempo. Nos smartphones, os aplicativos também disputam a atenção do usuário. Cabe ao jornalista ou produtor de conteúdo para a internet mostrar-se interessante e

relevante neste contexto, utilizando-se de artifícios próprios da linguagem para a web.

Segundo Marcos Palácios e Elias Machado (2003), são características do jornalismo digital a convergência entre diferentes mídias, hipertextualidade, personalização do conteúdo conforme o público, interatividade com o leitor, armazenamento de informações e atualização contínua. Pinho (2003) recomenda o uso de hiperlinks para conduzir o usuário a uma leitura mais dinâmica e informativa. De acordo com o autor, “toda história que contenha links para outras páginas da Web ou para tópicos dentro da mesma página modifica substancialmente a relação redator-leitor”. Por outro lado, a ausência de limitações físicas de espaço pode ser usada em benefício da informação, para comportar textos que excederiam o limite de tamanho permitido em veículos físicos, especialmente se tratando de grandes reportagens, galerias de imagens e pautas de profundidade.

Para manter o interesse do leitor, especialmente na leitura de textos extensos, que exijam a rolagem da tela, Pinho (2003) sugere lançar mão de alguns artifícios ao criar os títulos, lides, “gravatas” e subtítulos para a web:

- Declarações de entrevistados ou de pessoas notórias.
- Levantar questões
- Afirmações incomuns.
- Comparação ou contraste.
- Promessa de conflito. (PINHO, 2003, p. 199)

Outro uso comum e desejável para hiperlinks são as chamadas para outras reportagens sobre desdobramentos do mesmo fato. Esta característica permite explorar outros ângulos de uma história e entregar uma notícia mais completa, fragmentado o conteúdo em matérias mais específicas e que isoladas podem ser mais relevantes para o leitor. Para utilizar esse recurso, é recomendável planejar a estrutura das notícias. Pinho (2003) propõe o seguinte roteiro:

- O que pano de fundo da história pede, por si mesmo, o estabelecimento de links com outras páginas da Web?
- O pano de fundo ou elementos relacionados devem ser apresentados como uma linha do tempo ou visualmente, em substituição ao texto?
- Elementos multimídia, como áudio e vídeo, devem fazer parte da matéria?
- A história presta-se para discussão ou para outros elementos interativos que poderão envolver os leitores?
- De quais elementos visuais a história necessita: mapas, fotos etc.?

- Quem deve ser envolvido desde cedo no processo: editores Web, designers e especialistas multimídia? (PINHO, 2003, p. 206)

Entre tantas inovações, a web desempenhou um papel importante nas mídias segmentada e alternativa. Ganhou força com a rede um discurso de democratização da informação e a possibilidade de escapar de um modelo industrial de jornalismo, controlado pelas grandes empresas de comunicação (STEGANHA, 2010). Logo a seguir apresenta-se a proposta de criação de uma página WEB para colocar em prática essas questões.

## 5.1 REVISTAS DIGITAIS

Após o popularização da Web, inicia-se uma crise nos meios de comunicação tradicionais, com declínio na audiência de meios mais populares como a televisão, especialmente causado pelo desinteresse do público mais jovem. Ensaando uma reação, mas ainda sem conhecer as particularidades do novo meio, as empresas tradicionais de mídia passaram a tratar a web como um novo canal para publicar seus conteúdos produzidos em papel, fazendo com que houvesse uma simples transferência de conteúdo.

Na melhor das hipóteses, via-se a presença na Internet como uma extensão ou um complemento do produto tradicional. Assim, esta primeira década do jornalismo digital foi caracterizada por este pecado original: a simples transferência do conteúdo de um meio tradicional para outro novo, com pouca ou nenhuma adaptação. Nos Estados Unidos, este processo ficou conhecido como shovelware, um termo que acabou sendo pejorativo, por demonstrar a preguiça e a falta de visão das empresas que se lançavam muito timidamente à web. (ALVES, 2006 p. 94)

Na época do surgimento de meios como rádio e televisão, também houve esse fenômeno de transferência de conteúdo, que evoluiu com o tempo até encontrar seu espaço e linguagem próprios. Porém a internet é um meio muito mais dinâmico e revolucionário, já que oferece alcance mundial e uma interatividade surpreendente, devido ao seu alcance e velocidade. Essa nova realidade vislumbra o início de uma nova revolução do conhecimento, em uma sociedade com grande acesso a informação (ALVES, 2006).

Antes ainda da popularização da web, algumas revistas, especialmente nos EUA, tinham produção digital e utilizavam plataformas que depois se tornaram

obsoletas, como *CD-ROMs*. O formato de popularizou no Brasil no final dos anos 1990, quando surgiram uma variedade de títulos – a maioria sobre informática e jogos eletrônicos, caso da “Revista do CD-ROM” e da “PC Master” (FREIRE, 2016). No mesmo período, as principais revistas brasileiras começaram a ganhar websites: a finada “Manchete” em 1995 e “Veja” e “Isto É” em 1996.

Na busca por uma linguagem própria para a web, as publicações começaram a apostar na interatividade e a criar canais de contato que as aproximassem ainda mais do público leitor. Com a explosão de popularidade das redes sociais em meados dos anos 2000, as publicações criaram perfis no *Twitter*, *Facebook*, *Youtube*, *Instagram* e que mais pudesse conectá-la com sua audiência – e mantê-la em tempos de crise do jornalismo impresso.

Com o tempo, surgiu uma linguagem própria das revistas digitais, que assimila características do *estilo magazine*, como a riqueza textual, a relação de empatia com o leitor, o uso de recursos visuais e a possibilidade de falar para um público segmentado, como a hipertextualidade, a multimidialidade e a interatividade (FREIRE, 2016).

## 6 PROPOSTA DE PRODUTO

Este projeto se propõe a criar uma revista digital de jornalismo ambiental dirigida a adolescentes. Tal proposta encontra respaldo no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), quando este afirma que embora a questão socioambiental não seja citada especificamente no Estatuto da Criança e do Adolescente,

a temática é transversal a praticamente todas as outras que envolvem a infância e a adolescência, como o direito à saúde, por exemplo, já que o cuidado e a conservação do planeta, se levados a cabo, possibilitam o desenvolvimento pleno e saudável desses seres humanos em formação. (<http://www.direitosdacrianca.gov.br/temas/meio-ambiente>)

### 6.1 DIAGNÓSTICO

Após uma fase de diagnóstico, com busca em portais especializados na internet e com o auxílio da equipe da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, constatou-se a existência de apenas um veículo de comunicação semelhante no Brasil, com foco na mesma faixa etária. Trata-se da Revista “Juventude e Meio Ambiente”, publicada pelo Ministério do Meio Ambiente. Com versões digital e impressa, a revista foi criada para fomentar a participação da juventude nos debates sobre meio ambiente, e contou com um Conselho Editorial constituído em parceria com o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e com a Secretaria Nacional de Juventude, por meio do Observatório da Participação da Juventude.

FIGURA 1: REVISTA JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE – 1ª EDIÇÃO.





FONTE: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/juventude/revista-juventude-e-meio-ambiente.html> (2018)

FIGURA 2: REVISTA JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE – 2ª EDIÇÃO.



FONTE: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/juventude/revista-juventude-e-meio-ambiente.html> (2018)

A publicação, porém, teve vida curta: foram apenas duas edições, a primeira em 2014, com o tema “Territórios: espaços para o exercício da cidadania da juventude”, e a última em 2015. Ambas foram construídas em processo colaborativo: na época, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou uma chamada pública convidando jovens de 15 a 29 anos de idade a participarem da revista através do envio de reportagens, fotografias, artigos (acadêmicos ou não), charges e poemas autorais. O MMA definiu a iniciativa como “uma oportunidade de dar visibilidade às

experiências criativas, inovadoras e sustentáveis envolvendo a juventude brasileira e servindo de inspiração e reflexão para outros jovens, governos e empresas” <sup>2</sup>

Outra revista que deve ser mencionada neste trabalho é a “Ciência Hoje das Crianças” (CHC), veículo de divulgação científica brasileiro segmentado para crianças de 9 a 12 anos. Pioneiro ao falar sobre ciência de forma acessível e divertida às crianças, o periódico foi criado em 1986 pelo Instituto Ciência Hoje e inicialmente distribuído como encarte bimensal da revista Ciência Hoje. Em 1990 a revista tornou-se autônoma e em 1991 recebeu o prêmio José Reis de Divulgação Científica, concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (JACOBUS, 2018).

FIGURA 3: REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS – EDIÇÃO 284



FONTE: <http://capes.cienciahoje.org.br/revista-chc/> (2018)

Atualmente a publicação é adotada pelo MEC e distribuída para mais de 60 mil escolas públicas pelo Brasil como material de apoio paradidático, através do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)

Com um público alvo mais próximo do produto proposto neste TCC, a revista Mundo Estranho foi uma publicação da Editora Abril dirigida ao público adolescente. A revista surgiu em 2001 como uma publicação especial da *Superinteressante*, revista da mesma editora, e com o passar do tempo ganhou periodicidade e tornou-

<sup>2</sup><http://juventude.gov.br/juventude/noticias/mma-seleciona-conteudo-para-a-revista-juventude-e-meio-ambiente>, acessado em 17 de novembro de 2018.

se uma publicação independente. Assim como a CHC, não era uma revista sobre meio ambiente, mas de curiosidades científicas. Foi descontinuada em agosto de 2018.

## 6.2 PÚBLICO-ALVO

O Estatuto da criança e do adolescente - ECA (Lei 8.069/1990) em seu art. 2º considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

O público alvo do produto proposto são adolescentes de 13 a 18 anos de idade, estudantes de escolas públicas ou privadas e residentes em Curitiba e região metropolitana, bem como professores de quaisquer disciplinas que trabalhem com estudantes desta faixa-etária e possam utilizar o veículo como fonte e informação e material de apoio para suas aulas. O recorte geográfico se fez necessário nesta etapa do projeto para facilitar a elaboração de pautas, mas não impede a abordagem de temas de interesse nacional e global.

Segundo dados do IBGE, 7,27% da população curitibana encontra-se na faixa dos 15 aos 19 anos, sendo 50,4% do sexo masculino e 49,6% do sexo feminino, em um total estimado de 139.512 adolescentes.

A participação de adolescentes nas discussões sobre o meio ambiente se mostra cada vez mais efetiva, especialmente devido à facilidade ao acesso de informações e a presença nas diretrizes escolares. Em 1992, Agenda 21 Global já considerava a Juventude uma população relevante e essencial para o sucesso de políticas de longo prazo.

Nos roteiros dos jovens, o mundo é um fenômeno de maior complexidade. Mostram-se incomodados na posição de espectadores; criticam, sensibilizam-se, insistem em participar como cidadãos que têm papéis e metas de interferência na vida social. Buscam um mundo socialmente mais justo, a humanidade em harmonia com o meio ambiente. (CARNEIRO, 2012 p. 337).

## 6.3 PLANEJAMENTO

O objetivo deste trabalho é criar um veículo visualmente interessante e com conteúdo adequado à idade e aos interesses dos leitores. O projeto editorial da

Revista Gaia é norteado pelo que Bueno (2007) classifica como as três funções básicas do Jornalismo Ambiental: Função Informativa, Função Pedagógica e Função Política.

O planejamento editorial deverá adequar-se à linguagem dos adolescentes, traduzindo de forma clara a linguagem científica, sem, entretanto, abusar de gírias e coloquialismos.

Para averiguar o grau de conhecimento e interesse do público alvo sobre questões socioambientais, foi criado um questionário do tipo *survey*, com checagem online, que divulgado entre adolescentes através do aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* e da visita em três escolas de Curitiba, onde foram espalhados cartazes com o endereço da pesquisa. O questionário contou com 12 perguntas objetivas (obrigatórias) e uma questão aberta (opcional), e foi respondido por 48 jovens.

A pesquisa revelou que 60,4% da amostra afirma ter muito interesse por assuntos relacionados ao meio ambiente, enquanto 39,6% dizem ter pouco interesse no tema. Com relação aos meios pelos quais se informam sobre assuntos socioambientais, questão que admitiu mais de uma resposta, 85,4% dos entrevistados responderam que se informam “na escola”, 79,2% através de mídias sociais, 72,9% pela televisão e 70,8% em sites de notícias. Quando questionados se colocam em prática o que aprendem sobre sustentabilidade e meio ambiente, 45,8% responderam que o fazem frequentemente, 37,5% responderam “às vezes” e 8,3% “sempre”, mesma porcentagem dos que assinalaram a opção “raramente”.

Duas questões abordaram a frequência com que o meio ambiente é assunto de conversas entre os adolescentes. A maioria dos entrevistados (35,4%) afirmou que raramente conversa com a família sobre o assunto, enquanto 16,7% o fazem frequentemente. Nas conversas entre amigos, 37,5% afirmam conversar raramente sobre meio ambiente, 27,1% conversam às vezes, 20,8% o fazem frequentemente, 8,3% assinalaram a opção “sempre” e 6,3% nunca conversam com amigos sobre o assunto.

Questionados se participam de projeto relacionados ao meio ambiente, 45,8% responderam que não, outros 45,8% disseram participar de projetos na escola e apenas 8,3% participam de projetos socioambientais fora do âmbito escolar. A última questão objetiva indagou se a escola em que estudam promove ações efetivas para melhorar o meio ambiente. 39,6% responderam “às vezes”, 25%

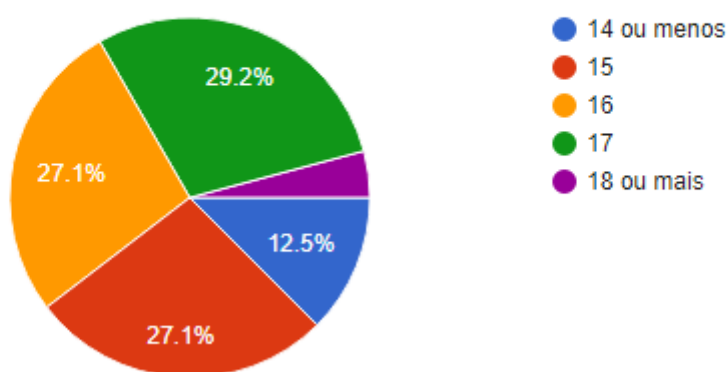
“frequentemente”, 18,8% “raramente”, 12,5% “nunca” e 4,2% “sempre”. A questão aberta “quais ações?”, complementar a essa, teve 22 respostas. Dentre as ações citadas pelos estudantes está “coleta seletiva”, “campanha para menor uso ou desuso do plástico”, “campanhas contra o uso de canudos”, “palestras” e “projetos de iniciação científica”. A maioria citou ações relacionadas à gestão do lixo e conscientização sobre o uso de objetos descartáveis de plástico.

O questionário estruturado foi respondido de 15 a 20 de novembro de 2018 e divulgado através de redes sociais. A plataforma escolhida foi o Google Forms, por sua facilidade de personalização, acesso e compartilhamento. Abaixo estão relacionadas todas as questões e gráficos gerados a partir dos resultados.

GRÁFICO 1 – IDADE DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS

### 1.Qual é sua idade?

48 responses

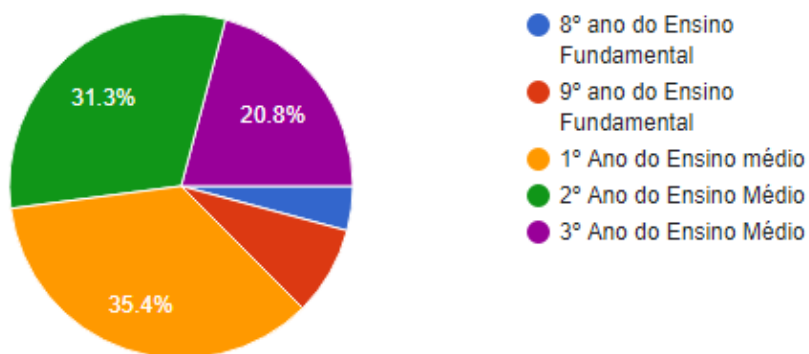


FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPIqZbylEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPIqZbylEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/)  
(2018)

GRÁFICO 2– SÉRIE ESCOLAR DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS

## 2. Qual é sua série escolar?

48 responses

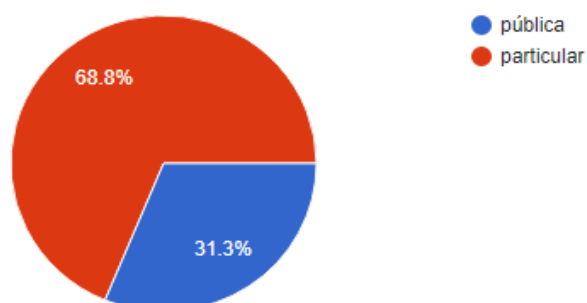


FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbyIEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbyIEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/)  
(2018)

### GRÁFICO 3 – TIPO DE ESCOLA DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS

#### 3. Sua escola é:

48 responses

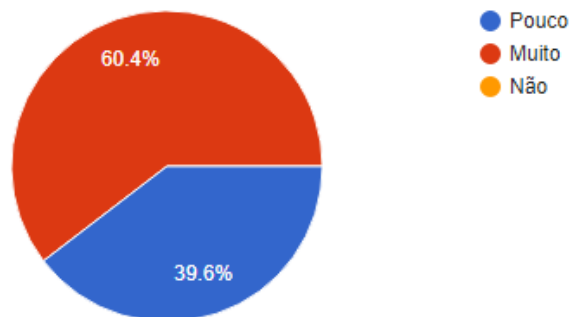


FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbyIEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbyIEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/)  
(2018)

### GRÁFICO 4 – INTERESSE AMBIENTAL DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS

#### 4. Você se interessa por assuntos relacionados ao meio ambiente?

48 responses

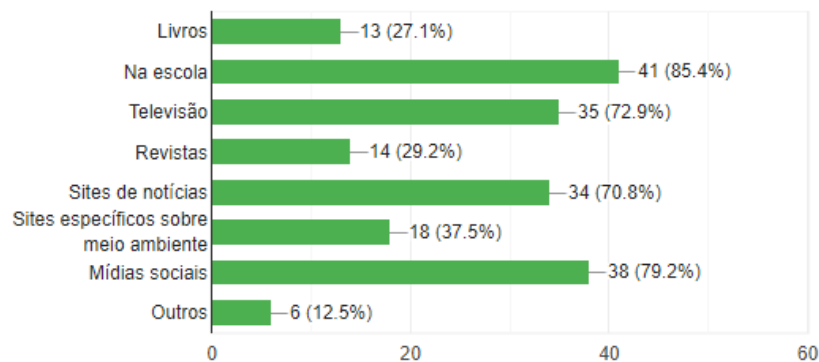


FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPIqZbyIEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPIqZbyIEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/)  
(2018)

#### GRÁFICO 5 – COMO SE INFORMAM OS ESTUDANTES ENTREVISTADOS

##### 5. De que forma você se informa com relação a assuntos socioambientais? (pode escolher mais de uma opção)

48 responses

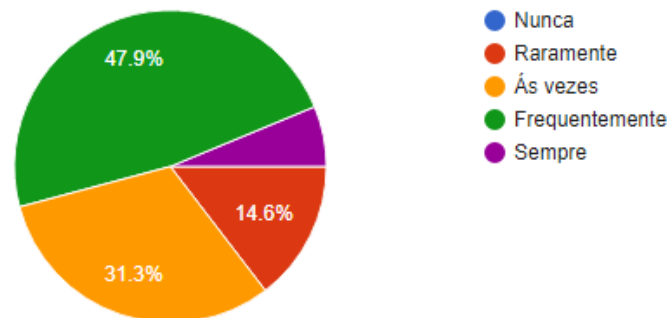


FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPIqZbyIEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPIqZbyIEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/)  
(2018)

GRÁFICO 6 – FREQUÊNCIA DO TEMA AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO ESTUDANTES ENTREVISTADOS

6. O tema meio ambiente é tratado na sua escola com que frequência?

48 responses



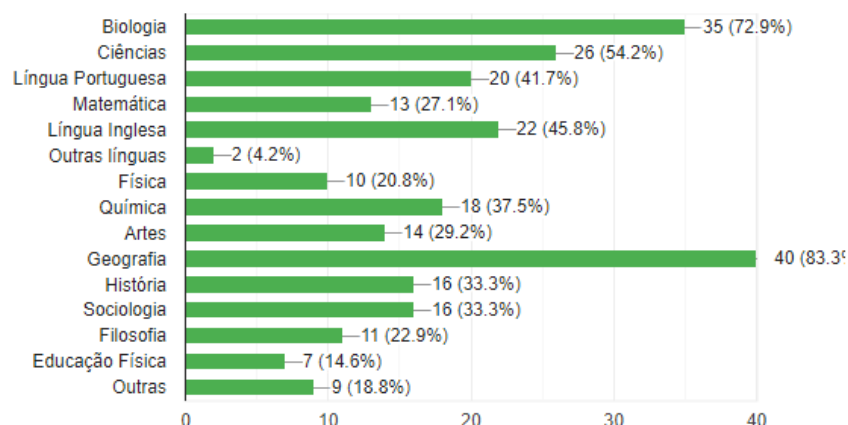
FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbyIEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbyIEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/)  
(2018)

GRÁFICO 7 – DISCIPLINAS QUE ABORDAM O TEMA AMBIENTAL NAS ESCOLAS DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS.



7. Nesse ano letivo, quais disciplinas escolares já abordaram assuntos relacionados ao meio ambiente? (mais de uma resposta é admitida)

48 responses

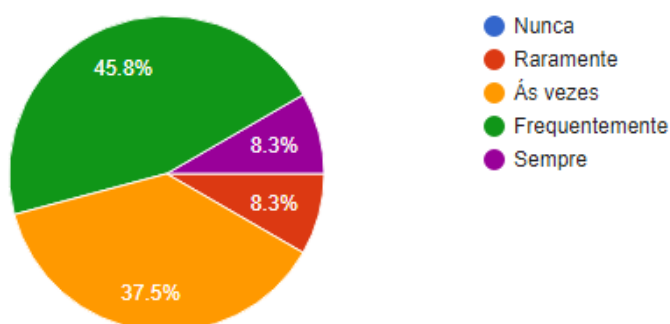


FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbYIEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbYIEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/) (2018).

GRÁFICO 8 – FREQUÊNCIA DA APLICABILIDADE DE TEMAS AMBIENTAIS DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS

8. Você aplica efetivamente os conhecimentos adquiridos em relação a assuntos ambientais?

48 responses

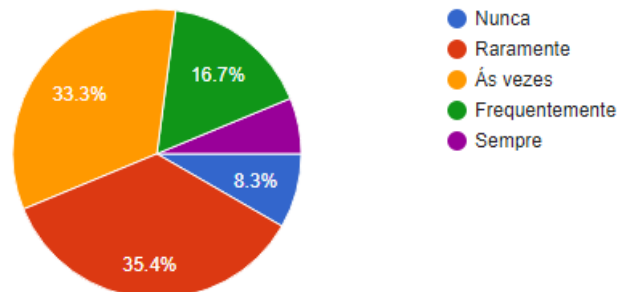


FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbYIEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbYIEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/) (2018)

GRÁFICO 9 – FREQUÊNCIA DE ASSUNTOS AMBIENTAIS DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS COM SUAS FAMÍLIAS

9. Com que frequência você conversa com sua família sobre assuntos relacionados ao meio ambiente?

48 responses

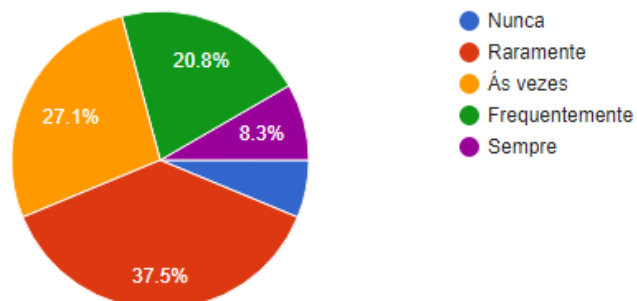


FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbyIEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbyIEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/)  
(2018)

GRÁFICO 10 – FREQUÊNCIA DE ASSUNTOS AMBIENTAIS DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS COM SEUS AMIGOS

10. Com que frequência você conversa com seus amigos sobre assuntos relacionados ao meio ambiente?

48 responses

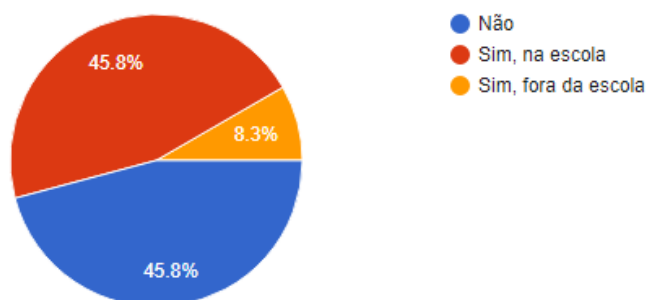


FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbyIEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbyIEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/)  
(2018)

GRÁFICO 11 – PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS EM PROJETOS AMBIENTAIS

11. Você participa de projetos relacionados ao meio ambiente?

48 responses

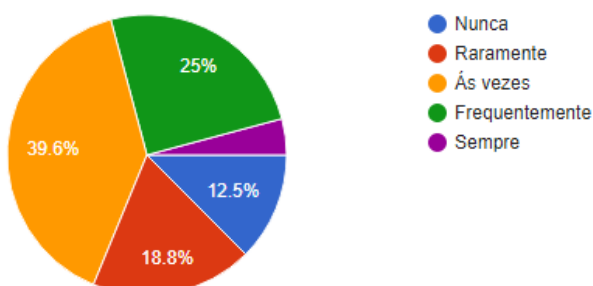


FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbylEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbylEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/)  
(2018)

GRÁFICO 12 – PROMOÇÃO DE AÇÕES AMBIENTAIS EFETIVAS NAS ESCOLAS DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS

12. Sua escola promove ações efetivas para melhorar o meio ambiente?

48 responses

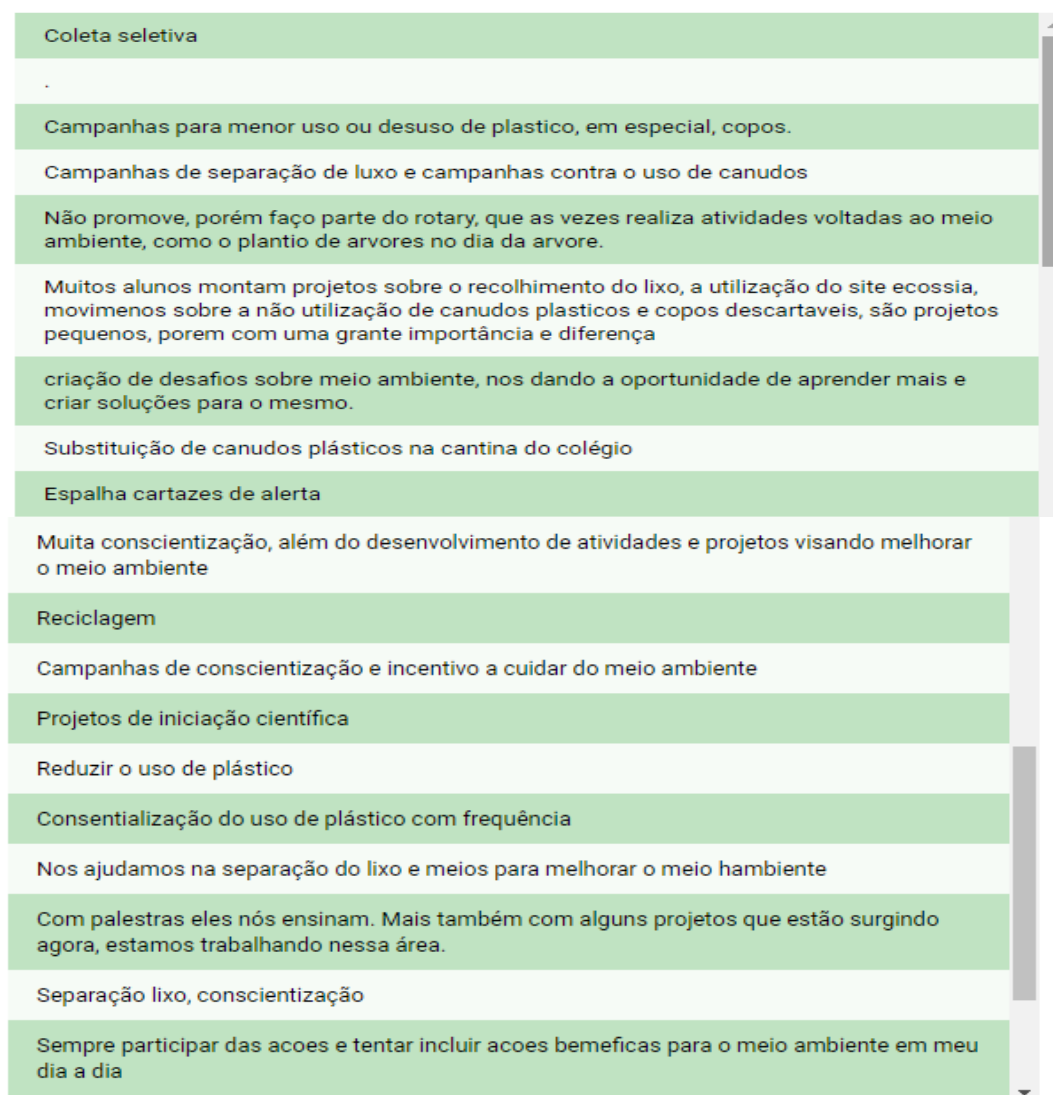


FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbylEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbylEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/)  
(2018)

### GRÁFICO 13 –AÇÕES AMBIENTAIS NAS ESCOLAS DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS

#### Quais ações?

22 responses



FONTE: [https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbylEfRLp\\_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/](https://docs.google.com/forms/d/17ZbakQ7GPlqZbylEfRLp_AWe4n4rskMRA3vb2h99SNs/)  
(2018)

#### 6.3.1 Editorias e Pautas

Pensando na revista como um produto que pode se manter na ativa após a conclusão deste trabalho, serão descritas algumas editorias e seções que nortearão o projeto piloto e que possam ser replicadas em edições futuras. A cada mês, haverá espaço para no mínimo duas grandes reportagens, que obrigatoriamente contenham elementos textuais e visuais de impacto e aproveitem as potencialidades da Web. É o caso de vídeos, galerias de fotos, infográficos e podcasts inseridos na reportagem, complementando o texto e oferecendo uma experiência mais completa

e conectada com o público-alvo. Uma pauta com essas potencialidades que figura no projeto piloto trata de abelhas nativas, sem ferrão, usando como gancho o projeto Jardins de Mel, da Prefeitura de Curitiba. A participação em uma oficina de “guardiões de abelhas sem ferrão” resultou em uma pauta sobre esse insetos, fundamentais na manutenção de ecossistemas terrestres.

Outra editoria que figura no projeto da Revista Gaia é a de Ciência e Tecnologia, voltada para a divulgação científica de projetos que tenham impacto sobre a relação entre homem e meio ambiente. *Ciência e Tecnologia* será um radar do que acontece em laboratórios, centros de pesquisa, universidades e instituições de ensino médio. Aqui, o foco será global, mas a pauta que inaugura a editoria tem caráter local: divulgar o projeto de três alunas do Colégio Sesi de Campo Largo (PR), que produziram um material a partir de sabugo de milho que substitui o isopor. O protótipo foi premiado na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace) em março de 2018, e é uma alternativa biodegradável a um material amplamente usado em escolas. Falando ainda sobre tecnologia, uma pauta sobre sites e aplicativos para smartphones que incentivam ou facilitam práticas sustentáveis quer mostrar como as tecnologias mais acessíveis aos jovens podem inspirar atitudes *verdes*.

Na seção “Conversa de Menina”, serão explorados, a cada edição, temas de interesse feminino sob a ótica do feminismo (e sua intersecção com o movimento ecológico, o *ecofeminismo*) para a público adolescente. O tema da primeira pauta é o uso de calcinhas absorventes, que chegaram ao Brasil há pouco tempo e prometem ser uma alternativa sustentável aos absorventes descartáveis, presentes na vida de muitas garotas. Meninas que já experientaram o produto serão entrevistadas e poderão opinar sobre ele, levantando seus prós e contras.

Uma editoria que deve dialogar com grande parte dos estudantes secundaristas é “Vestibular”, que a cada edição trará um curso de graduação e irá analisar suas possibilidades de relação com os temas socioambientais. Na edição piloto, estará em pauta o curso de Engenharia Ambiental. A reportagem deverá falar sobre a carreira do engenheiro ambiental, o curso e em quais instituições ele é ofertado no Paraná.

O vegetarianismo entre adolescentes é tema de outra pauta, que deverá inaugurar a seção “Nós por Nós”. É uma forma de inserir os jovens leitores na produção do veículo, dando-lhes voz e ampliando os pontos de vista sobre um determinado tema. A cada edição, um ou mais adolescentes escreverão um texto

em primeira pessoa, relatando sua experiência sobre o assunto em pauta. Esta é uma ótima oportunidade de abrir um canal de troca com os adolescentes, que podem enviar sugestões de temas e até textos prontos para submissão à revista. Em outros casos, a redação do texto que integrará a seção pode ser realizada coletivamente e com o auxílio de professores e da equipe de redação de *Gaia*. Na edição piloto, dois jovens vegetarianos irão falar sobre essa dieta e quais seus impactos no meio ambiente, enquanto uma nutricionista especializada em vegetarianismo e veganismo será consultada para falar sobre os cuidados que pessoas nessa faixa etária deve ter ao eliminar alimentos de origem animal da alimentação.

Cada edição deverá contemplar também uma entrevista do gênero “ping pong” e um breve perfil de alguma personalidade com boas histórias para contar dentro do tema da revista. O primeiro entrevistado será o premiado fotógrafo de natureza Marcelo Krause. Natural de Curitiba, o profissional tem cinco livros publicados com imagens suas sobre a diversidade da natureza tropical.

A Revista *Gaia* também reservará um espaço para a publicação de tutoriais *D.I.Y* (“Faça você mesmo”), ensinando a criar ou customizar objetos a partir de itens que adolescentes costumam ter em casa. Os tutoriais podem ser produzidos com imagens – acompanhadas de um texto com as devidas instruções – ou vídeos, explorando o uso de outras mídias e possivelmente a relação com outras plataformas, como o *YouTube*. Adentrando essa questão, é válido pontuar que a presença do veículo em sites de redes sociais, notoriamente o *Instagram*, *YouTube* e *Facebook* é imprescindível para atingir o público-alvo, se recordarmos que 79,2% dos estudantes entrevistados na pesquisa diagnóstica afirmam se informar sobre assuntos socioambientais através das mídias sociais. Está prevista, portanto, a criação de perfis vinculados à Revista *Gaia* nos três sites citados acima. As mesmas plataformas funcionam ainda como canais de interação com o público, através de espaços para comentários e sugestões.

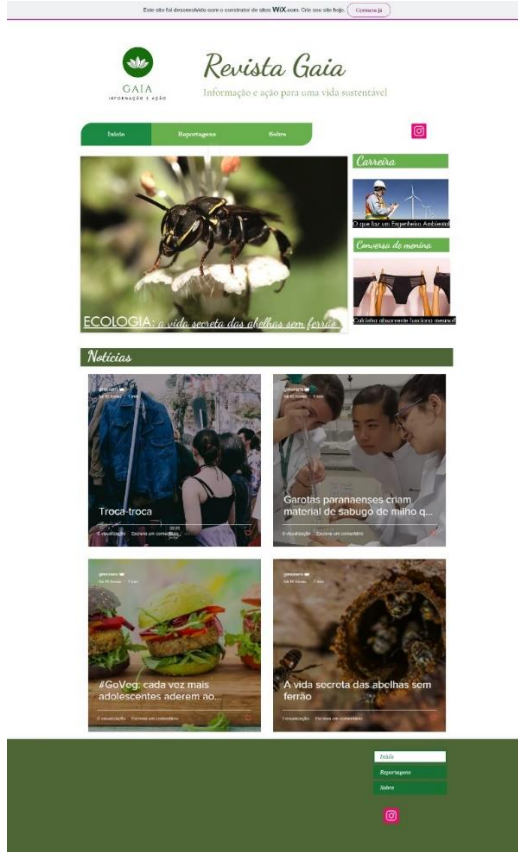
Descritas as editorias que estarão presentes no projeto piloto do produto, e feito o adendo de que novas editorias podem ser acrescentadas, com base na apreciação do projeto pelo público, foram produzidas algumas pautas para o piloto que não se enquadram em editorias específicas. Falando sobre consumo, duas pautas foram propostas: uma sobre bazares de compra, vende e troca de roupas e outros objetos, e outra sobre como consumir produtos de higiene e beleza de forma

mais ecologicamente consciente. Nesta última serão abordados temas como as esferas microplásticas presentes em alguns esfoliantes para a pele e o uso de xampus sólidos como forma de gerar menos descarte de embalagens.

Outras duas reportagens mostrarão o contato direto de jovens com a natureza. O Movimento Escoteiro é tema de uma delas. Fundado em 1907, o movimento tem como um dos principais objetivos fortalecer a relação entre a juventude e a natureza. Saindo da região de Curitiba, uma matéria vai mostrar a rotina de uma Casa Familiar Rural localizada no município de Sapopema (PR). No local, adepto da Pedagogia da Alternância, jovens do campo vivem uma experiência escolar diferente da maior parte dos estudantes secundaristas.

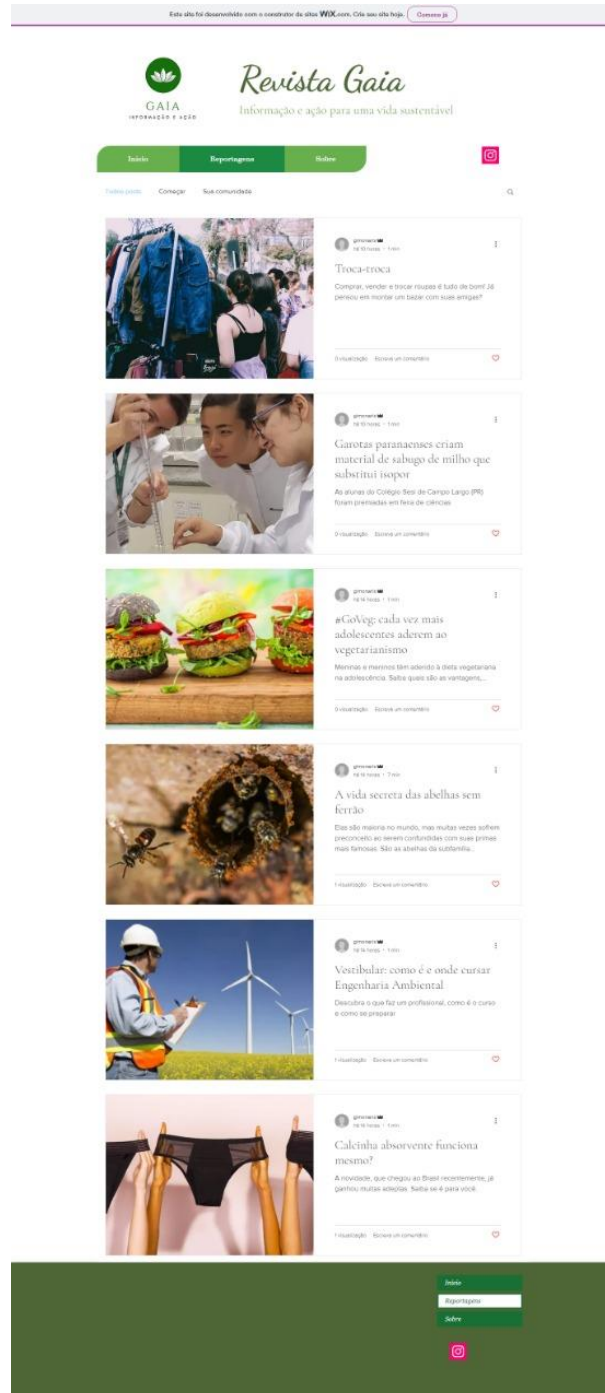
Para fins de visualizar o produto pronto, foi criado um protótipo do veículo, que ficou assim:

FIGURA 4: CAPTURA DE TELA DA HOMEPAGE DA REVISTA GAIA



FONTE: <https://gimonaris.wixsite.com/revistagaia> (2018)

FIGURA 5: CAPTURA DE TELA DA ABA “REPORTAGENS



FONTE: <https://gimonaris.wixsite.com/revistagaia/reportagens-1> (2018)



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que o público adolescente tem muito a dizer, aprender e contribuir sobre questões socioambientais, é inegável. Criar um veículo de comunicação que interaja com este público sobre o assunto foi o objetivo deste trabalho. A Revista Gaia pode “sair do papel” e estreitar com as reportagens sugeridas no capítulo anterior. Seu propósito de levar informações acessíveis sobre o meio ambiente para adolescentes será cumprido. O material será divulgado através das redes sociais, através das quais se informam 79,2% dos entrevistados no questionário apresentado no capítulo 6, bem como em escolas e colégios de Curitiba.

Durante a pesquisa foi possível perceber que existem possibilidades de trabalho jornalístico, remunerado ou não, dentro do campo socioambiental. A leitura de autores como Bueno, Girardi, Loose, entre outros, serviu para dar mais visibilidade a ideia e ampliar os conhecimentos nessa área.

Ao final do Curso de Jornalismo produzir uma proposta com essas características é muito importante. A pesquisa mostrou que é possível ampliar a oferta de informações sobre assuntos ambientais para jovens adolescentes.

Para além da ideia de mostrar a viabilidade da criação da revista eletrônica, como uma atividade puramente jornalística, o trabalho também apontou a necessidade de propor canais para que esse público se manifeste.

O trabalho jornalístico não compreende só a produção de conteúdo. Esse exercício de pesquisa indica que o jornalismo também pode ser protagonista de transformações sociais, convidando os consumidores de informação a produzirem também, interagindo em um local já conhecido (a WEB). É como propôs Cremilda Medina:

Sonhar é preciso, porque temos potencialmente recursos para produzir sentidos em que ética, técnica e estética estejam a serviço de uma estratégia humanizadora do Jornalismo. (MEDINA, 1991).

Essa estratégia humanizadora de que fala a autora se encaixa perfeitamente na ideia desse produto jornalístico. Sem pensar na questão financeira, a Revista Gaia tem como principal tarefa ampliar a produção de sentidos dos jovens adolescentes na área socioambiental.

Assim, existem caminhos profissionais que, logicamente devem ser trabalhados observando-se a ética. A técnica e a estética presentes como demonstrativo da qualificação profissional. Com tudo isso é possível apontar a viabilidade da proposta.

Fica, ainda, a identificação de que o Curso de Jornalismo da UFPR pode dar mais espaço para o debate sobre a formação profissional na área ambiental. Como produtores de sentidos sociais, os jornalistas devem ter a responsabilidade de conduzir pautas e encaminhar debates sociais que possam colaborar para diminuir os prejuízos que são causados por diversas agressões ao meio ambiente, grande parte delas provocadas pela falta de informação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Jane M. **O Papel da Mídia na informação Ambiental**. Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações – Temas Livres, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 03. setembro.2002. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/2492148821254533288705961341240980056.pdf>>. Acesso em: 15 nov 2018.

ALVES, Rosental Calmon. **Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua**. Comunicação e Sociedade, vol. 9-10, 2006, pp. 93-102 Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1157/1100> Acesso em: 22 nov 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Imprensa Oficial, 1999. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. **Manual de educomunicação**. Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. Brasília, abril 2006. Disponível: . Acesso em: 10 maio 2018

BRASIL. Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3ª ed. Brasília: MMA, 2005.

BRÚGGER, P. **Mídia e Educação Ambiental: Uma Parceria Improvável** In: VII Seminário de Educação Ambiental, Desafio do Século: Um apelo ético, 1998. Rio de Janeiro.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo, Marajoara Editorial, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Editora UFPR Disponível em: . <[file:///C:/Users/Gra%C3%A7a%20Juliana/ Downloads/ 11897-38773-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Gra%C3%A7a%20Juliana/Downloads/11897-38773-2-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 nov 2018.

CAMPOS, Rosilene Amélia de. **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DO EDUCADOR CRÍTICO: : estudo de caso em uma escola da Rede Pública**. 2006. 110 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- PUC-Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde\\_arquivos/3/TDE-2006-11-16T090641Z-1218/Publico/Rosilene%20Amelia%201.pdf](http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/3/TDE-2006-11-16T090641Z-1218/Publico/Rosilene%20Amelia%201.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CARNEIRO, Vânia Lúcia Quintão. O MEIO AMBIENTE NOS ROTEIROS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: MAIS QUE UMA TEMÁTICA. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 28, nov. 2012. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3135/1796>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Editora Guaia, 2010.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1997.

CRUZ, Agnes Sofia Guimarães et al. **A contribuição do jornal Impacto Ambiental no contexto da Educomunicação**. In: XX CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ E V CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA DE MÍDIA CIDADÃ, Bauru. Anais... 2015

DAVINO, Gláucia; DAVINO, André. **Educação ambiental e comunicação. Comunicação e Educação** São Paulo (5), p.40-45, jan /abril 1996.

DERTOUZOS, M. L. **O que será: como o novo mundo da informação transformará nossas vidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIAS, LEAL E CARPI JUNIOR (Orgs.). **Educação Ambiental: conceitos, metodologia e práticas** Tupã: ANAP, 2016.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental **Brazilian Journalism Research** (Versão em português) - Volume 1 - Number 1 - Semester 2- 2008p. 121 a 131.

FELICE, M. DI. Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração. In: **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. 1ed. São Caetano do Sul, SP. Difusão editora. (Coleção era digital), v.1. p. 53. 2008.

FREIRE, Marcelo. **Jornalismo de Revista em Tablets**: Um estudo dos aplicativos para iPad da revista Wired e Katachi. Covilhã: LabCom.IFP, 2016. 166 p. Disponível em: <[http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201604201637-201603\\_jornalismorevistatablets\\_marcelofreire.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201604201637-201603_jornalismorevistatablets_marcelofreire.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2018.

FROME, Michael. **Green Ink: Uma Introdução ao Jornalismo Ambiental**. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

GIRARDI, I. M. T.; SCHWAAB, R.; MASSIERER, C. **Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental**. C&S – São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, jul./dez. 2012. Disponível em:

<[http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/5632/1/ARTIGO\\_CaminhosDesCaminhosJornalismo.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/5632/1/ARTIGO_CaminhosDesCaminhosJornalismo.pdf)>. Acesso em: 19 nov 2018.

GIRARDI; SCHWAAB (orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População. Pirâmide Etária. **Censo demográfico**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama> > Acesso em: 20 nov 2018.

JABOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/ 2003 p. 189-205, março/ 2003 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n118/16834.pdf> > Acesso em: 20 nov 2018.

KESSELRING, Thomas. **O conceito de natureza na história do pensamento ocidental**. ILEA. Disponível em: <[http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/porta/pdf/numero11/episteme11\\_artigo\\_kesselring.pdf](http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/porta/pdf/numero11/episteme11_artigo_kesselring.pdf)> Acesso em 11 Nov 2018.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Toirunho. **A segmentação das revistas e a temática ambiental**. Rev. Estud. Comun., Curitiba, v. 10, n. 22, p.129-137, maio /ago 2009.

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismo ambiental em revista: Das estratégias aos sentidos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MEC- **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)** : Meio Ambiente e Saúde, v.9- Brasília: Secretaria de Educação Fundamental (SEF), 1997.

MEDINA, Cremilda. Jornalismo e a Epistemologia da Complexidade. In: (org.) **Novo Pacto da Ciência. A Crise dos Paradigmas**. 1º SEMINÁRIO TRANSDISCIPLINAR, ECA/USP, 1991.

PALACIOS, Elias Machado Gonçalves e Marcos (Org.) ; GONÇALVES, E. M. (Org.). **Modelos de jornalismo digital**. 1. ed. Salvador: Edições GJOL – Editora Calandra, 2003.

PAZ, Ronilson José (org) **Fundamentos, reflexões e experiências em Educação Ambiental** João Pessoa: Ed. Universitária /UFPB, 2006. 284 p.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet**: Planejamento e produção da informação on-line. São Paulo: Summus. 2003.

PORTAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em <http://www.direitosdacrianca.gov.br/temas/meio-ambiente.html>. Acesso em: 21 nov. 2018.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo, Cortez 2001- (Questões da nossa época, v.41).

REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS **Acervo Revista Ciência Hoje das Crianças**. Disponível em: <http://capes.cienciahoje.org.br/revista-chc/>. Acesso em: 19 nov 2018.

REVISTA GAIA. 2018. Disponível em: <<https://gimonaris.wixsite.com/revistagaia>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

REVISTA JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/juventude/revista-juventude-e-meio-ambiente.html>>. Acesso em: 19 nov 2018.

ROBERT, Karl-Henrik. **The Natural Step. A História de uma Revolução Silenciosa**. São Paulo, 2003.

SAUVÊ, Lucie. Uma cartograia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michele e CARVALHO, Isabel e colabs. **Educação ambiental: Pesquisas e desafios** Porto Alegre:Artmed, 2008

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SULAIMAN, S. N. **Educação Ambiental, sustentabilidade e ciência: o papel da mídia na difusão de conhecimentos científicos**. Ciência & Educação, v. 17, n. 3, p. 645-662, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v17n3/a08v17n3>>. Acesso em: 19 nov 2018.

VILAS BOAS, Sérgio (org). **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

VILAS BOAS, Sergio. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo: Summus, 1996.